

MUNICÍPIOS DA REGIÃO ALENTEJO

Relatório de Execução Financeira - 2013



Alto Alentejo

Ponte de Sôr

Alter do Chão

Avis

Fronteira

Mora

Sousel

Estremoz

Borja

Arraiolos

Vendas Novas

Montemor-o-Novo

Redondo

Alentejo Central

Évora

Reguengos

Alcácer do Sal

Viana do Alentejo

Portel

Alvito

Grândola

Vidigueira

Cuba

Ferreira do Alentejo

Beja

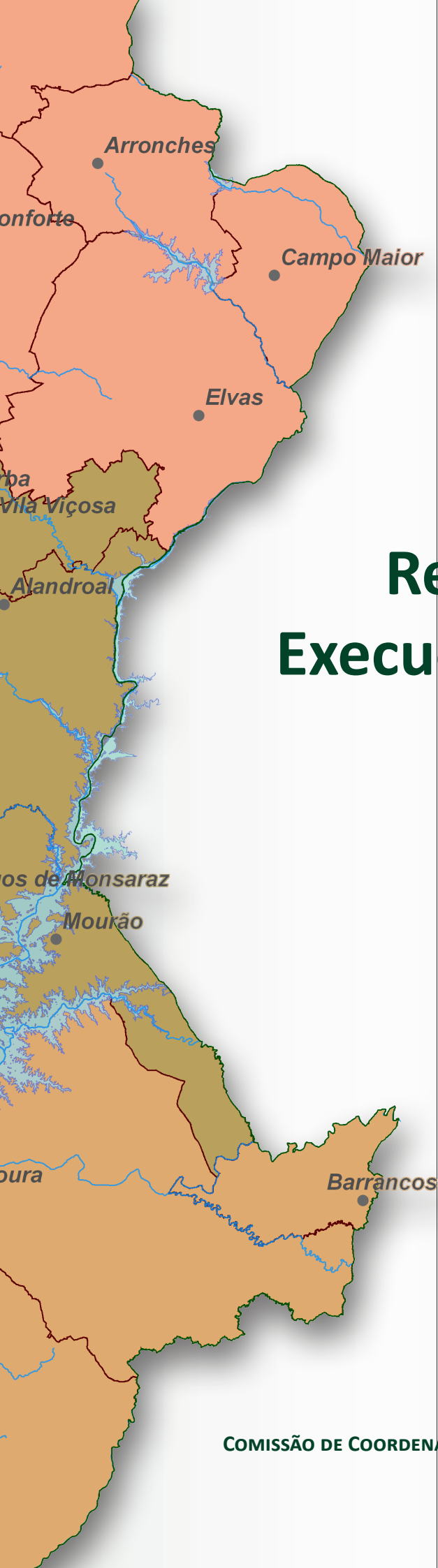
Santiago do Cacém

Serpa

Aljustrel

Baixo Alentejo

Alentejo Litoral



Relatório de Execução Financeira 2013

FICHA TÉCNICA

Propriedade	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, nº 193 7005-514 Évora Tel.: 266 740 300 Fax: 266 706 562 Email: expediente@ccdr-a.gov.pt
Título	Municípios da Região Alentejo - Relatório de Execução Financeira - 2013
Coordenação	Direcção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local
Responsabilidade pela Execução Técnica	Carlos Rui de Lemos Neves Branco Divisão de Finanças Locais e Modernização
Concepção Gráfica	Filomena Avelar
Data	Setembro 2015

Índice

Parte I	7
Análise Regional	7
I.1 - Receitas Arrecadadas	7
I.2 - Impostos directos	10
I.3 - Outras receitas	12
I.4 - Compromissos (Despesa) e Capacidade para Pagar	16
I.5 - Despesa Paga	17
I.6 - Despesa com Pessoal	20
I.7 - Aquisição de Bens e Serviços	22
I.8 - Serviço da Dívida Bancária	23
I.9 - Aquisição de Bens de Capital	24
I.10 - Saldos	27
I.11 - Endividamento Municipal	29
I.12 - Fator Gerador de Dívida	32
I.13 - Liquidez Geral	33
I.14 - Balanço	34
I.15 - Demonstração de Resultados	38
I.16 - Indicadores de Gestão (a nível regional)	39
Parte II	47
Análise por Unidades Sub-Regionais	47
II.1 - Identificação das Unidades Sub-Regionais	47
II.2 - Indicadores de Gestão (a nível sub-regional)	48
II.3 - Indicadores de Gestão (Municípios Capitais de Distrito)	51
Anexo I	53



PARTE I - ANÁLISE REGIONAL

Apresenta-se, como vem sendo hábito, para este exercício (2013), o relatório síntese sobre a caracterização e respectiva evolução das finanças municipais, para a região Alentejo (agregação dos 47 municípios alentejanos) e, no que toca aos indicadores de gestão, também para as unidades sub-regionais, para as unidades segundo os níveis de população e para os municípios capitais de distrito do Continente.

Os dados que enformam este estudo provêm das prestações de contas das administrações municipais (sem consolidação) e caracterizam-se por, uma vertente contabilístico – financeira orçamental (numa ótica de caixa) e uma vertente patrimonial.

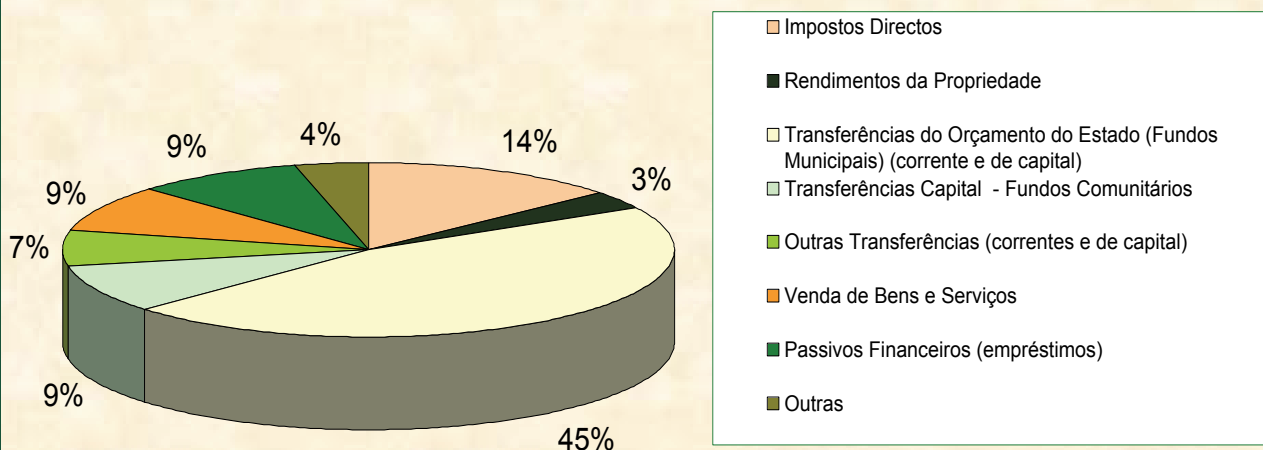
Em termos orçamentais, as operações contabilísticas estão abrangidas num classificador económico adaptado às autarquias locais, classificador este enquadrado no Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de Fevereiro, o qual, em termos sintéticos, está descrito no Anexo I do presente Relatório.

I. 1 - RECEITAS ARRECADADAS

As receitas arrecadadas em 2013 (sem o saldo da gerência anterior), montantes e composição interna por natureza, na região Alentejo, são apresentadas no quadro seguinte:

Quadro nº 1 - Receitas Totais Municipais (recebimentos) - Exercício de 2013		
Região Alentejo		
	Montante (€)	%
Impostos Diretos	82.395.785,14	13,51
Impostos Indiretos	3.649.753,98	0,60
Taxas, Multas e Outras Penalidades	8.324.181,91	1,36
Rendimentos da Propriedade	21.212.453,29	3,48
Transferências Correntes - Administração Pública Central - Fundos Municipais	224.393.583,54	36,78
Transferências Correntes - Administração Pública Central - Outros	21.095.219,85	3,46
Transferências Correntes - Administração Pública Local	149.338,49	0,02
Transferências Correntes - Administração Pública - Outros Entes Públicos	8.824.581,01	1,45
Transferências Correntes - Fundos Comunitários	2.923.994,58	0,48
Transferências Correntes - Particular e outras	2.315.266,27	0,38
Venda de Bens e Serviços	52.699.155,85	8,64
Outras Receitas Correntes	5.274.096,09	0,86
Venda de Bens de Investimento	4.954.965,94	0,81
Transferências Capital - Administração Pública Central - Fundos Municipais	56.358.939,05	9,24
Transferências Capital - Administração Pública Central - Outros	1.435.684,58	0,24
Transferências Capital - Administração Pública Local	0,00	0,00
Transferências Capital - Administração Pública - Outros Entes Públicos	26.490,00	0,00
Transferências Capital - Fundos Comunitários	55.056.073,35	9,03
Transferências Capital - Particular e outras	2.954.993,81	0,48
Ativos Financeiros	82.627,67	0,01
Passivos Financeiros	55.056.125,36	9,03
Outras Receitas de Capital	533.112,37	0,09
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	311.549,85	0,05
Total das Receitas	610.027.971,98	100,00
	122.299.627.878 Esc.	
Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2013		
DSAJAL / DFLM		

Gráfico nº 1 / Composição das Receitas Arrecadadas em 2013

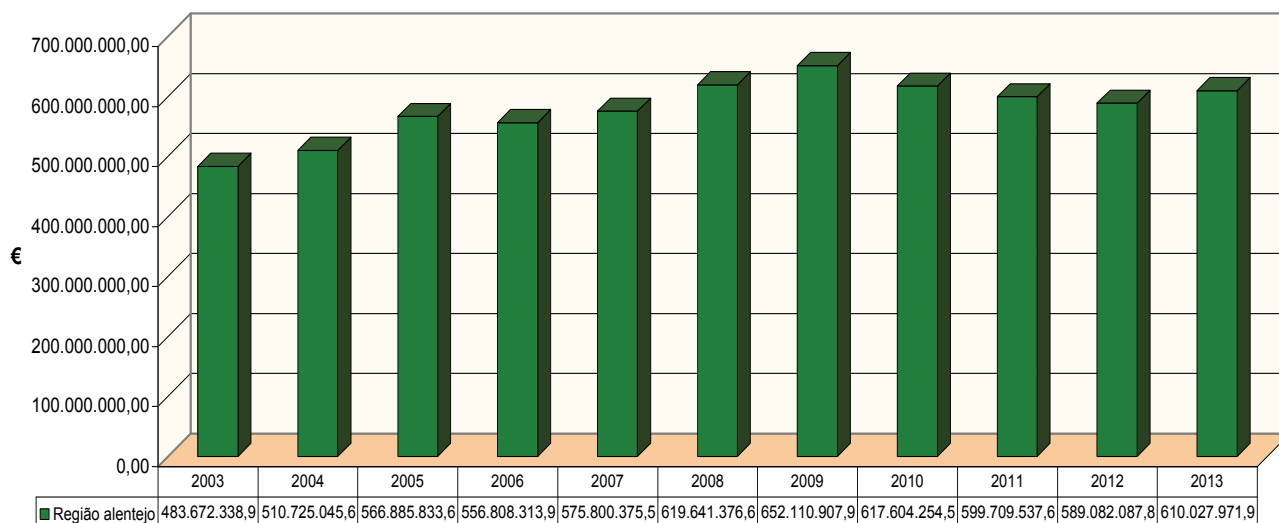


Da análise à composição interna, referente a 2013, das receitas arrecadadas na Região (quadro nº 1 e gráfico nº 1), podemos retirar as seguintes ilações:

- A arrecadação, por parte das transferências do Orçamento de Estado (fundos municipais corrente e capital), atingiu os 280,8 milhões de euros, 46,02 % do total das receitas, continuando a ser a fonte principal de rendimentos municipais, mostrando-se assim significativamente dependente do perfil definido na lei de finanças locais;
- Em segundo lugar vem os impostos directos, com o recebimento de 82,3 milhões de euros (13,51 % do total);
- As transferências de fundos comunitários (correntes e de capital), vêm em terceiro lugar, com o recebimento de 58,0 milhões de euros (9,51 % do total), encontrando-se este tipo de receita dependente da capacidade dos municípios em candidatar, obter financiamento e realizar o seu investimento frente aos diversos programas de financiamento;
- Na quarta posição, no elenco das principais receitas de 2013, vem os passivos financeiros (arrecadação de empréstimos), com uma participação de 55 milhões de euros (9,03 % do total).

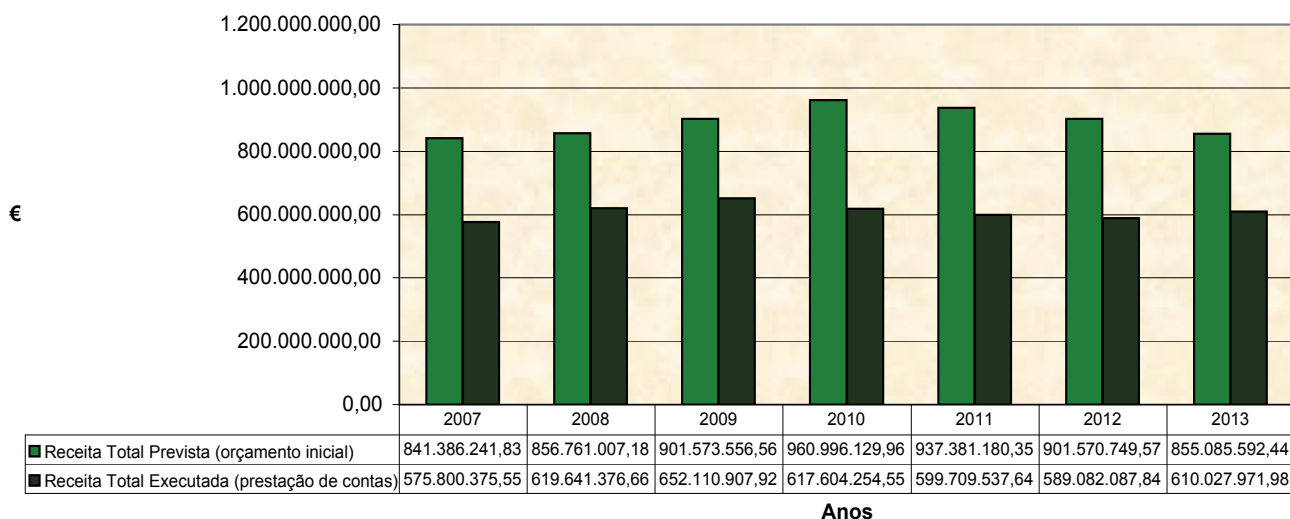
Ao analisar o gráfico nº 2 evidencia-se o decréscimo consecutivo da receita total no período de 2009 a 2012, em termos de recebimento. No ano de 2009 atingiu-se o montante mais elevado do período (652 milhões de euros). De 2012 para 2013 registou-se, no entanto, um aumento de receita no montante de 20,9 milhões de euros (3,56 %).

Gráfico nº 2 - Receita Total



O gráfico nº 3 mostra-nos o nível de execução da receita total relativamente ao documento previsional inicial, para o período de 2007/2013. Refira-se a baixa taxa de execução da receita prevista, que oscilou entre o valor mínimo de 63,98 % em 2011 e 72,33 % em 2009, o que vai caracterizar os orçamentos municipais (a sua agregação regional) como pouco aderentes à realidade, ou seja, sobrevalorizados, complicando a execução financeira do exercício. Em 2013 a taxa de execução atingiu os 71,34 %, não conseguindo superar esta dificuldade.

Gráfico nº 3 - Execução da Receita Total Prevista



No quadro nº 2 é-nos apresentada a capacidade das administrações municipais alentejanas, ao nível da sua tesouraria, em cobrarem os seus direitos a receber. A relação entre, por um lado, a receita cobrada líquida e, por outro, a receita por cobrar no ano anterior mais a liquidada no exercício, titulada como capacidade de cobrança, apresenta para os anos 2011 a 2013 uma variação de tendência, apresentando uma taxa que oscilou os 90,89 % e os 91,87 %. Em contraposição a uma ligeira melhoria de 2011 para 2012 de 0,20 %, registou uma quebra para 2013 de 0,98 %. Em termos parcelares constata-se uma indelével quebra no stock da receita por cobrar no início do ano, no montante de 281 mil euros, registando um aumento de receita liquidada de 5,04 % e um aumento mais modesto do montante cobrado, da ordem dos 3,53 %.

Quadro nº 2 - Capacidade de Cobrança

	Receita por Cobrar no Início do Ano (€) (1)	Receita Liquidada Total no Exercício (€) (2)	Receita Cobrada Líquida Total no Exercício (€) (3)	Capacidade de Cobrança (%) (4=3/(1+2))
2011	31.545.564,67	621.292.953,26	598.436.509,41	91,67
2012	45.047.710,92	594.489.851,21	587.549.456,41	91,87
Var%	42,80	-4,31	-1,82	
2013	44.766.377,64	624.469.684,40	608.294.313,94	90,89
Var%	-0,62	5,04	3,53	

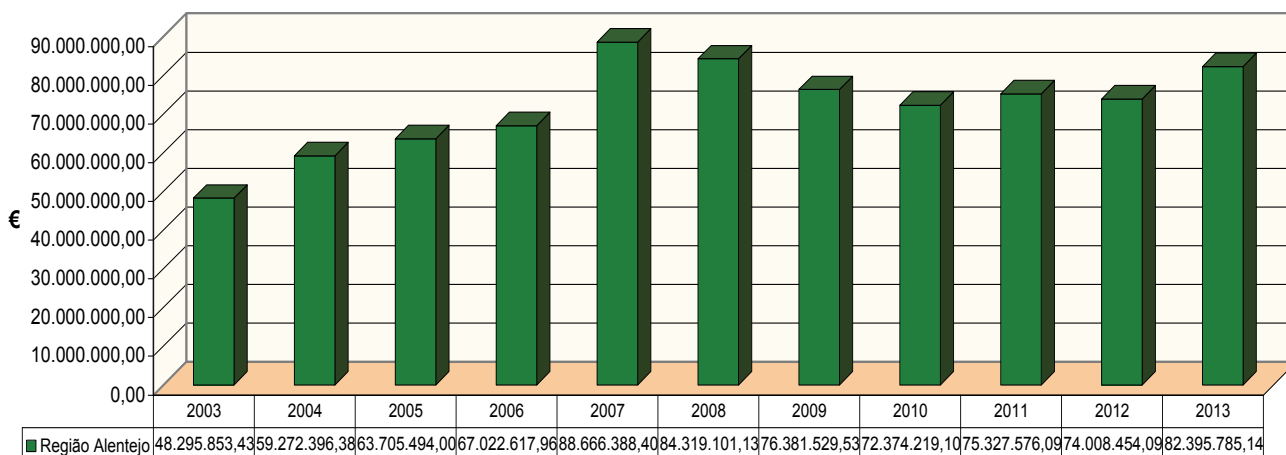
Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2011 e 2013

DSAJAL / DFLM

I. 2 - IMPOSTOS DIRETOS

O gráfico nº 4 mostra-nos a evolução da arrecadação dos impostos directos no período temporal de 2003 a 2013. Este período apresenta-nos uma fase de crescimento (de 2003 ao ano de 2007), este último ano com a maior receita arrecadada no período (88,7 milhões de euros). Segue-se um período de decréscimo fiscal contínuo (de 2007 a 2010). Nos últimos três exercícios apresenta-se uma fase de inconstância, com um crescimento em 2011, uma perda em 2012 e, por último, uma recuperação significativa para 2013 de 8,4 milhões de euros (11,33 %).

Gráfico nº 4 - Impostos Diretos



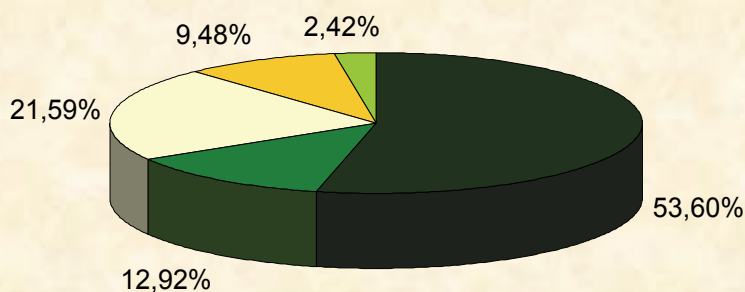
Da análise conjugada do quadro nº 3 e gráfico nº 5, refira-se que em 2013 foi arrecadado 82,4 milhões de euros de impostos directos (13,51 % do total). Em termos de composição interna, em 2013, o imposto com maior arrecadação continuou a ser o imposto municipal sobre imóveis (IMI) com 44,2 milhões de euros (53,60 % do total dos impostos directos), em segundo lugar registou-se o imposto municipal sobre transacções (IMT) com uma arrecadação de 17,8 milhões de euros (21,59 % do total destes impostos), seguido do imposto único de circulação (IUC), com 10,6 milhões de euros (12,92 %). Por fim, vem a derrama, com 7,8 milhões de euros (9,48 % de participação). Registe-se para este ano de 2013 uma troca de posição entre o IUC e a derrama, acabando esta por ficar na quarta posição, perdendo 1,9 milhões de euros (-20,27 %).

Quadro nº 3 - Impostos Diretos Municipais (recebimentos) 2013

Região Alentejo

	2013		
	(€)	%	%
Imposto Municipal sobre Imóveis	44.161.449,50	53,60	7,24
Imposto Único de Circulação (IUC) (ex IMV)	10.645.309,36	12,92	1,75
Imposto Municipal sobre as Transações Onerosas de Imóveis	17.786.333,26	21,59	2,92
Derrama	7.809.807,46	9,48	1,28
Impostos Abolidos	1.992.885,56	2,42	0,33
Total Impostos Diretos	82.395.785,14	100,00	13,51
Total das Receitas	610.027.971,98	740,36	100,00
Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2013			
DSAJAL / DFLM			

Gráfico nº 5 - Composição dos Impostos Diretos (2013)

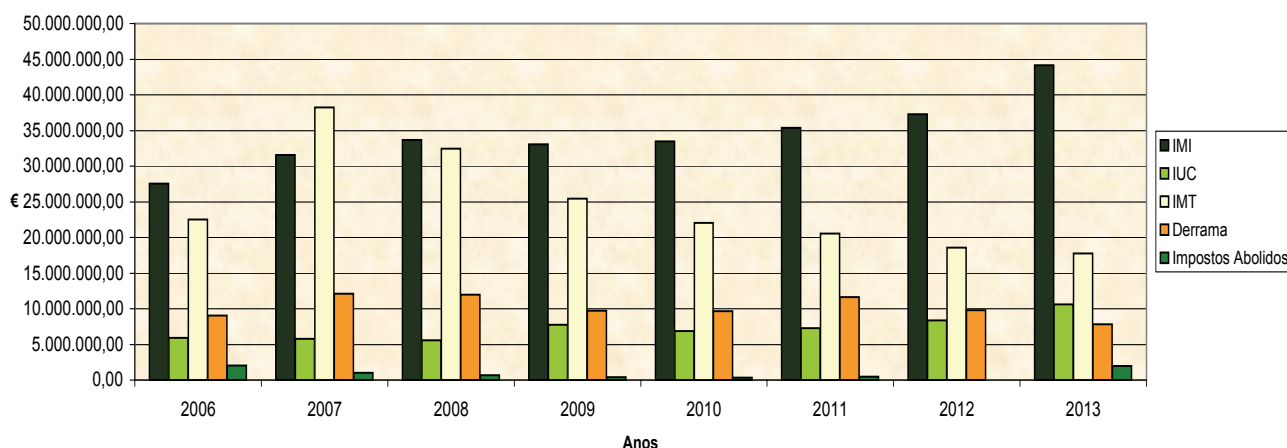


- Imposto Municipal sobre Imóveis
- Imposto Único de Circulação (IUC) (ex IMV)
- Imposto Municipal sobre as Transações Onerosas de Imóveis
- Derrama
- Impostos Abolidos

O gráfico nº 6 representa a evolução temporal da desagregação dos impostos diretos. Registrando-se um crescimento consecutivo do IMI de 2009 a 2013, com maior expressão de 2012 para 2013 e uma queda contínua e consistente, desde 2007, do IMT.

Tendo como referência a posição actual dos recebimentos do IMT e da derrama nas finanças municipais, continua a ter que ser bem pensada a forma de evitar o impacto negativo que a actual reforma fiscal (no âmbito do IMT e derrama) trará para a receita fiscal da Região.

Gráfico 6 - Evolução do Recebimento dos Impostos Diretos

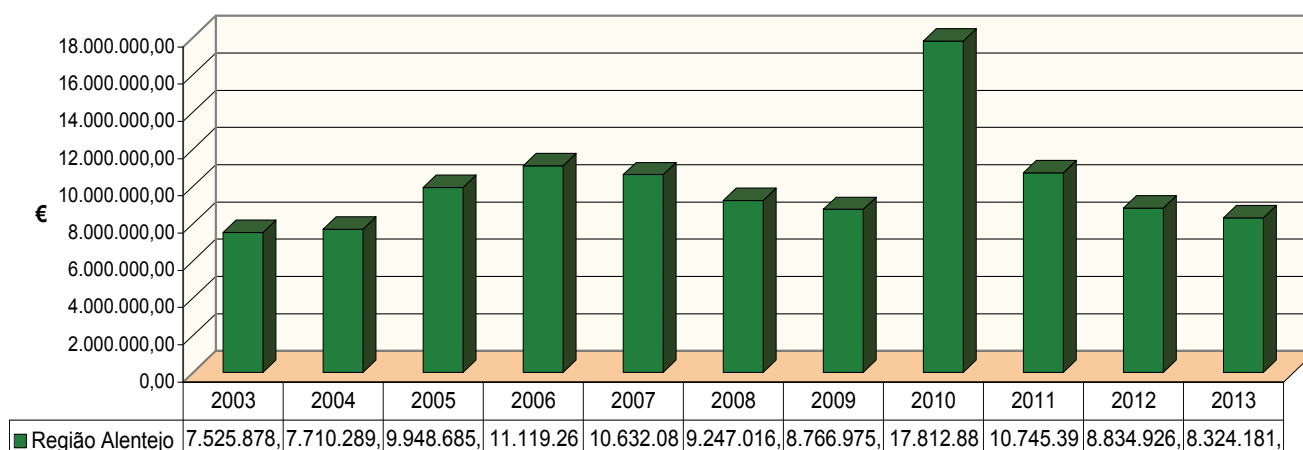


I.3 - OUTRAS RECEITAS

• TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES

Este tipo de receita apresentou um crescimento em 2011, contrariando a linha de queda de 2006 a 2009, não contando com o montante excecional registado em 2010, ano este que contraria o perfil normal de arrecadação desta receita.

Gráfico nº 7 - Taxas, Multas e Outras Penalidades

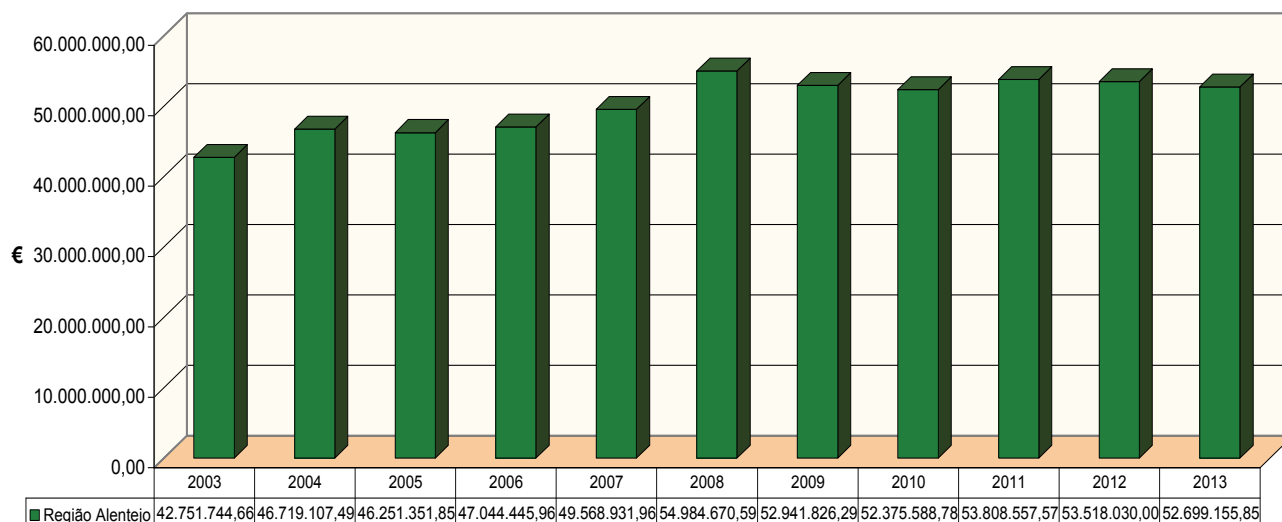


Contudo, as taxas, multas e outras penalidades apresentaram um decréscimo contínuo de 2010 até 2013, com menos 510 745 euros, (- 5,78 %) de 2012 para 2013.

• VENDA DE BENS E SERVIÇOS

A receita da venda de bens e serviços (gráfico nº 8) tem-se mostrado irregular no período de análise, registando-se um decréscimo de 2008 a 2010, contrapondo-se um ligeiro acréscimo de 2010 para 2011. De 2011 para 2013 tem-se vindo a registar uma diminuição consecutiva, com uma perda de 1,1 milhões de euros (-2,06 %).

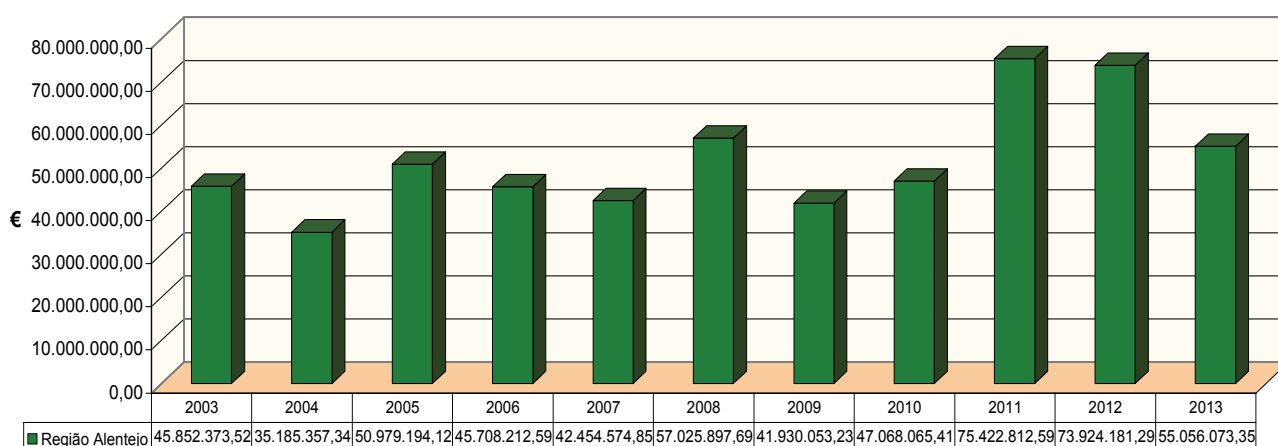
Gráfico nº 8 - Venda de Bens e Serviços



● FUNDOS COMUNITÁRIOS (CAPITAL)

Este tipo de recebimento (gráfico nº 9) continua a ter, no geral, uma evolução irregular e cíclica no período de 2003/2013. De 2009 para 2011 esta receita tem vindo a registar uma evolução de crescimento, em especial, de 2010 para 2011, com um acréscimo de 28,4 milhões de euros (60,24 %), constituindo-se este ano de 2011 no exercício com o montante mais elevado no período. De 2011 para 2013 este tipo de proveito vem registando decréscimos consecutivos, muito em especial de 2012 para 2013 com uma quebra acentuada de receita de -25,52 %, calculada em 18,9 milhões de euros.

Gráfico nº 9 - Fundos Comunitários (de capital)

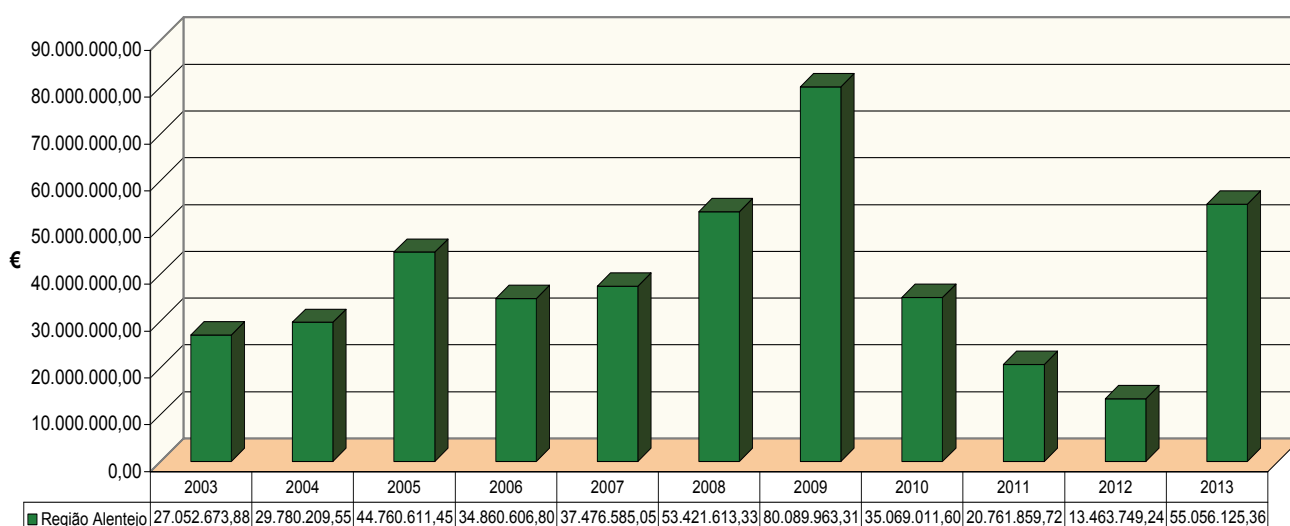


● PASSIVOS FINANCEIROS (EMPRÉSTIMOS)

Analisando o quadro e gráficos seguintes é possível salientar as seguintes observações:

- Antes demais, refira-se que este tipo de receita agrega empréstimos de curto e de médio e longo prazos, com características diversas, tais como:
 - Os empréstimos de curto prazo têm um período de vida que vai até um ano e o seu objecto é exclusivamente fazer frente às dificuldades de tesouraria;
 - Os empréstimos de médio e longo prazos têm períodos de vida mais longos e o seu objectivo confina-se ao investimento ou ao reequilíbrio e saneamento financeiros.
- Em termos de recebimento global, vide gráfico nº 10, a contração de empréstimos registou, no período de 2003 a 2013, três ciclos evolutivos:
 - Um, de 2003 a 2005 de crescimento contínuo, mais forte em 2005;
 - Outro, de 2006 a 2009, também de acréscimos contínuos e firmes até 2009 (ano de maior contração de empréstimos em todo o período) com uma arrecadação recorde de 80 milhões de euros;
 - Por último, um período de 2009 a 2012 de contínuo decréscimo de receita, com maior expressão de 2009 a 2010, com uma descida de 56,21 %;
 - Refira-se que, a receita creditícia teve um recuo de 2009 a 2012 da ordem dos 66,6 milhões de euros, (- 83,19 %), resultante de uma menor oferta de crédito e das normas legais mais apertadas no controlo ao endividamento bancário;
 - Contudo, em 2013 regista-se um crescimento brutal deste tipo de receita, na ordem dos 308,92 %, acréscimo este de 41,6 milhões de euros. Este aumento deveu-se essencialmente à adesão ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), regulado pela Lei nº 43/2012 de 28 de agosto, por parte de 10 municípios da Região, com um recebimento global em 2013 de 45,5 milhões de euros, conforme os

Gráfico nº 10 - Passivos Financeiros (empréstimos)



dados publicados no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses - 2013. O objetivo do PAEL era a regularização do pagamento de dívidas vencidas há mais de 90 dias, estabelecendo os municípios contratos de empréstimo com o Estado.

- No quadro nº 4 e gráfico nº 11 observa-se que o crédito a curto prazo teve um crescimento de 2008 para 2009 de 28,94 %, tendo registado decréscimos consecutivos de 2010 a 2013, com maior expressão de 2012 para 2013 com -21,82 %, atingindo neste ano os 5,8 milhões de euros de arrecadação. No que se refere ao crédito de médio e longo prazos, as variações anuais são de maior envergadura e apresenta de 2012 para 2013 um crescimento significativo de 722,19 %, passando de uma arrecadação de 5,9 milhões de euros para 49,2 milhões de euros. Destes 49, 2 milhões de euros em 2013, 45,5 milhões são afetos ao Programa PAEL como se referiu anteriormente.

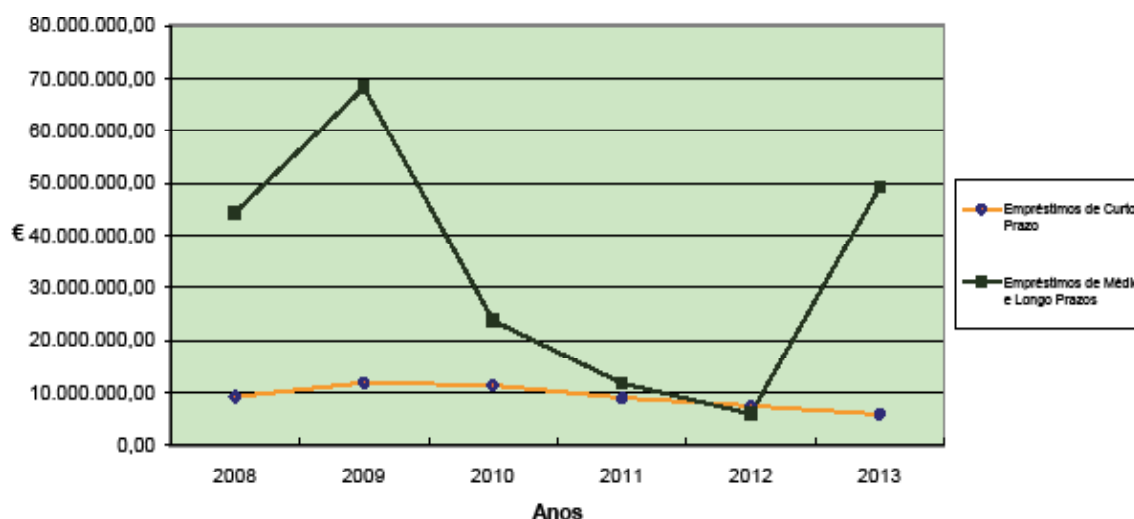
Quadro nº 4 - Receita Desagregada proveniente dos Passivos Financeiros (empréstimos)
Região Alentejo

		Empréstimos de Curto Prazo	Empréstimos de Médio e Longo Prazos	Total dos Passivos Financeiros (Empréstimos)
2008	€	9.157.931,74	44.263.681,59	53.421.613,33
2009	€	11.808.472,89	68.281.490,42	80.089.963,31
Var %		28,94	54,26	49,92
2010	€	11.324.000,00	23.745.011,30	35.069.011,30
Var %		-4,10	-65,22	-56,21
2011	€	8.988.750,34	11.773.109,38	20.761.859,72
Var %		-20,62	-50,42	-40,80
2012	€	7.478.530,00	5.985.219,24	13.463.749,24
Var %		-16,80	-49,16	-35,15
2013	€	5.846.530,00	49.209.595,36	55.056.125,36
Var %		-21,82	722,19	308,92

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2008 a 2013

DSAJAL / DFLM

Gráfico nº 11 - Evolução dos Empréstimos Contraidos



I.4 - COMPROMISSOS (DESPESA) E CAPACIDADE PARA PAGAR

Quadro nº 5 - Composição dos Compromissos							
	Compromissos (despesa) por Pagar no ano anterior (€)	%	Despesa Assumida (compromissos) do Exercício (€)	%	Despesa Assumida (compromissos) para Exercícios Futuros (€)	%	Total dos Compromissos (€)
2011	164.835.300,29	16,79	707.516.486,98	72,05	109.643.200,18	11,17	981.994.987,45
2012	191.455.167,59	20,47	568.060.947,41	60,72	175.989.316,23	18,81	935.505.431,23
Var%	16,15		-19,71		60,51		-4,73
2013	177.477.834,56	18,08	585.062.641,40	59,62	218.837.116,69	22,30	981.377.592,65
Var%	-7,30		2,99		24,35		4,90
Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2011 e 2013							
DSAJAL / DFLM							

O quadro nº 5 aborda os compromissos assumidos (despesa) na sua composição por natureza. No que se refere à evolução de 2011 para 2013, mostra-se que, os compromissos por pagar do ano anterior tiveram um crescimento de 16,15 %, ou seja, mais 26,6 milhões de euros, enquanto que de 2012 para 2013 se registou uma diminuição de 7,30 %, ou seja, menos 13,9 milhões de euros. Os compromissos assumidos no exercício sofreram um decréscimo de 19,71 % em 2012 e, para 2013, sofreram um ligeiro aumento de 2,99 %, calculado em 17 milhões de euros. Os compromissos para exercícios futuros sofreram crescimentos nos anos de 2012 e 2013, sendo o mais significativo o de 2012 com 60,51 %, tendo crescido para 2013 24,35 %, mais 42,8 milhões de euros. Saliente-se, com alguma preocupação, a evolução contínua do peso dos compromissos para exercícios futuros no total dos compromissos assumidos, passando de 11,17 % em 2011 para 18,81 % em 2012 e para os 22,3 % em 2013, sobrecarregando-se, desde já, os próximos exercícios.

Quadro nº 6 - Capacidade para Pagar					
	Compromissos (despesa) por Pagar no ano anterior (€) (1)	Despesa Assumida (compromissos) do Exercício (€) (2)	Total dos Compromissos para o Exercício (€) (3 = 1+2))	Despesa Paga (€) (4)	(4)/(3) %
2011	164.835.300,29	707.516.486,98	872.351.787,27	587.233.962,47	67,32
2012	191.455.167,59	568.060.947,41	759.516.115,00	582.025.412,69	76,63
Var%	16,15	-19,71	-12,93	-0,89	
2013	177.477.834,56	585.062.641,40	762.540.475,96	623.585.230,10	81,78
Var%	-7,30	2,99	0,40	7,14	
Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2011 e 2013					
DSAJAL / DFLM					

O quadro nº 6 mostra-nos a capacidade (financeira e/ou de tesouraria) de pagar os compromissos entretanto assumidos, através da relação entre a despesa paga e o acumulado dos compromissos por pagar transitados e os compromissos assumidos no exercício, a esta relação titulou-se como capacidade para pagar. A evolução de 2011 para 2012 mostra-se positiva, passando de uma taxa de 67,32 % para 76,63 %. De 2012 para 2013 a taxa cresceu para os 81,78 %, evolução altamente positiva. Contudo, era aconselhável que se aplique todos os esforços em alcançar taxas superiores, mostrando assim que as administrações municipais têm capacidade em conseguir honrar os seus compromissos, pagando-os.

I.5 - DESPESA PAGA

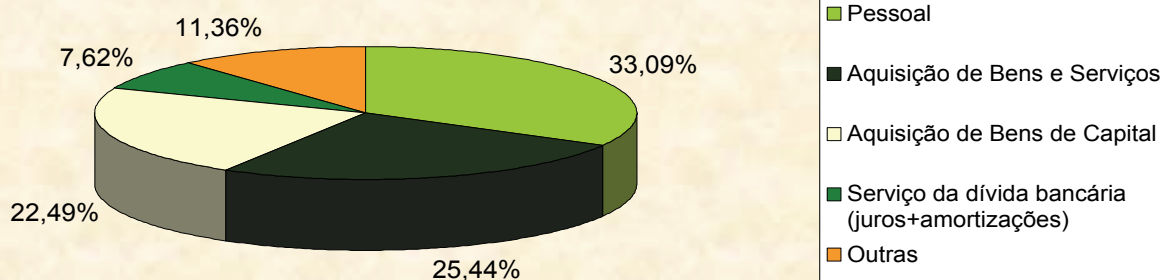
O presente bloco apresenta-nos as despesas pagas em 2013, a evolução da despesa total no período 2003/2013 e a relação entre a despesa paga em 2011/2013 originária em exercícios anteriores e o total da despesa paga no ano.

Assim:

- No exercício de 2013, as maiores despesas foram relativas a:
 - Pessoal (206,3 milhões de euros);
 - Aquisição de bens e serviços (158,6 milhões de euros);
 - Aquisição de bens de capital (140,2 milhões de euros);
 - O serviço da dívida relativa ao crédito (juros + amortizações) com 47,5 milhões de euros.

Quadro nº 7 - Despesas Totais Municipais (pagamentos) - Exercício de 2013 Região Alentejo		
	Montante (€)	%
Pessoal	206.330.312,49	33,09
Aquisição de Bens e Serviços	158.642.636,74	25,44
Transferências Correntes	39.870.430,56	6,39
Encargos Financeiros (Juros)	7.640.290,36	1,23
Subsídios	4.590.512,38	0,74
Outras Despesas Correntes	8.870.107,21	1,42
Aquisição de Bens de Capital	140.249.623,04	22,49
Transferências de Capital	15.550.357,07	2,49
Ativos Financeiros	89.437,86	0,01
Passivos Financeiros (Amortizações)	39.879.237,61	6,40
Outras Despesas de Capital	1.872.284,78	0,30
Total das Despesas	623.585.230,10	100,00
	125.017.614.101 Esc.	
Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2013		
DSAJAL / DFLM		

Gráfico nº 12 - Composição das Principais Despesas - 2013



No que toca à evolução temporal da despesa global, o gráfico 13 mostra-nos um decréscimo contínuo desde 2009, ano em que se atingiu o montante mais elevado de pagamentos totais, com o montante de 660 milhões de euros, até 2012. Contudo, de 2012 para 2013 a despesa global cresceu 7,14 %, no montante de 41,6 milhões de euros. Registe-se que de 2009 para 2012 as administrações municipais alentejanas, no seu conjunto gastaram menos 78 milhões de euros. É possível interpretar, como uma das causas deste aumento de despesa paga, o impacto da adesão ao PAEL, no que toca a despesa com pagamentos em atraso.

Gráfico nº 13 - Despesa Total

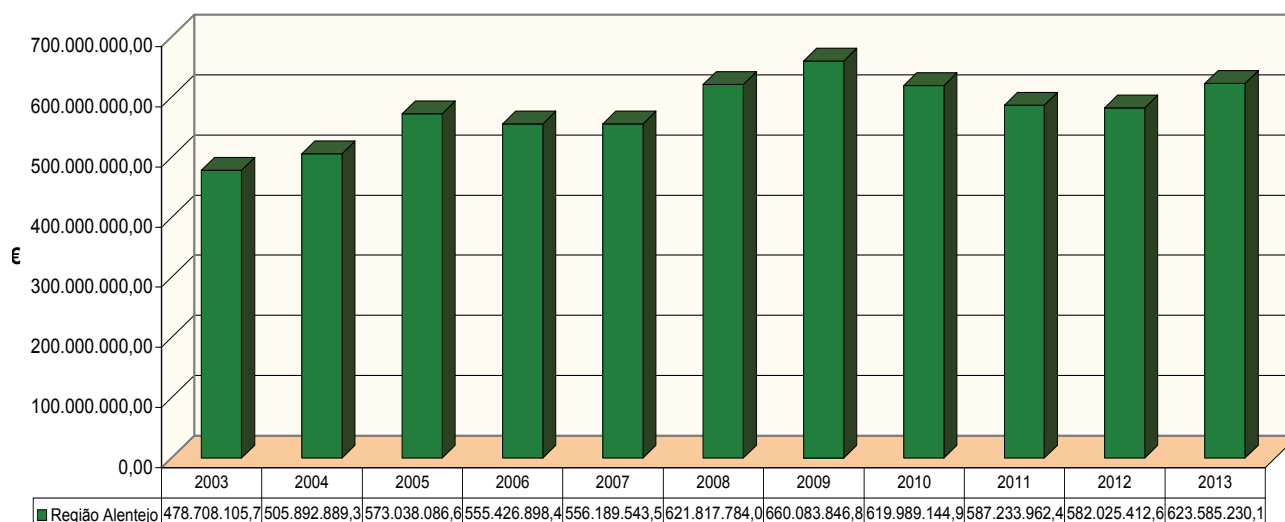
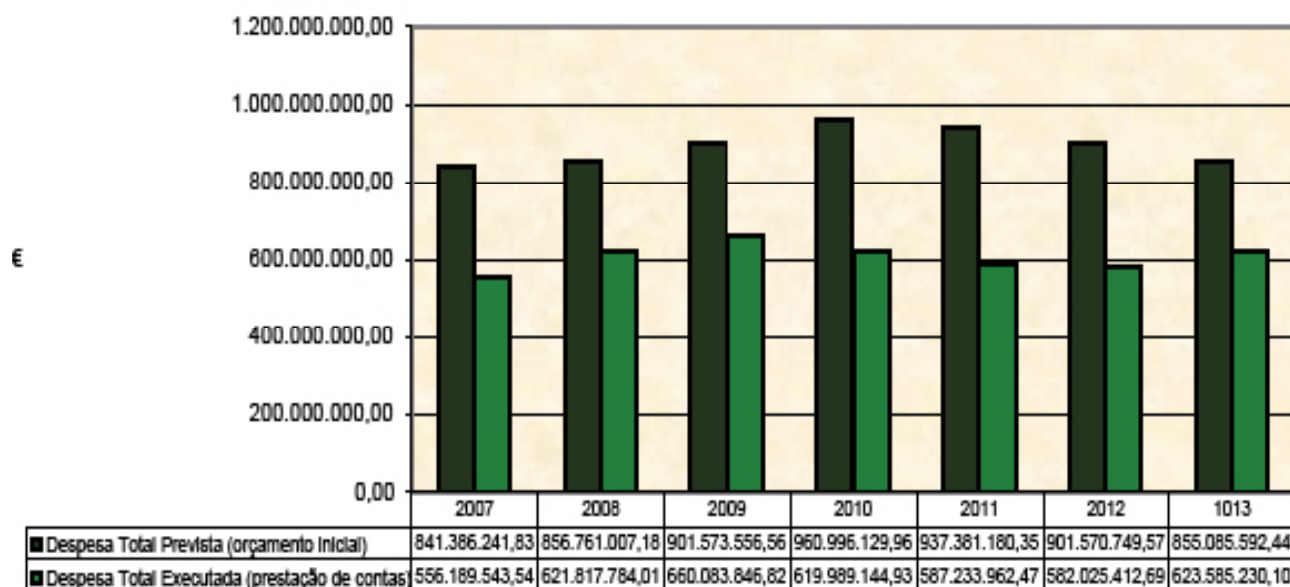


Gráfico nº 14 - Execução da Despesa Total Prevista

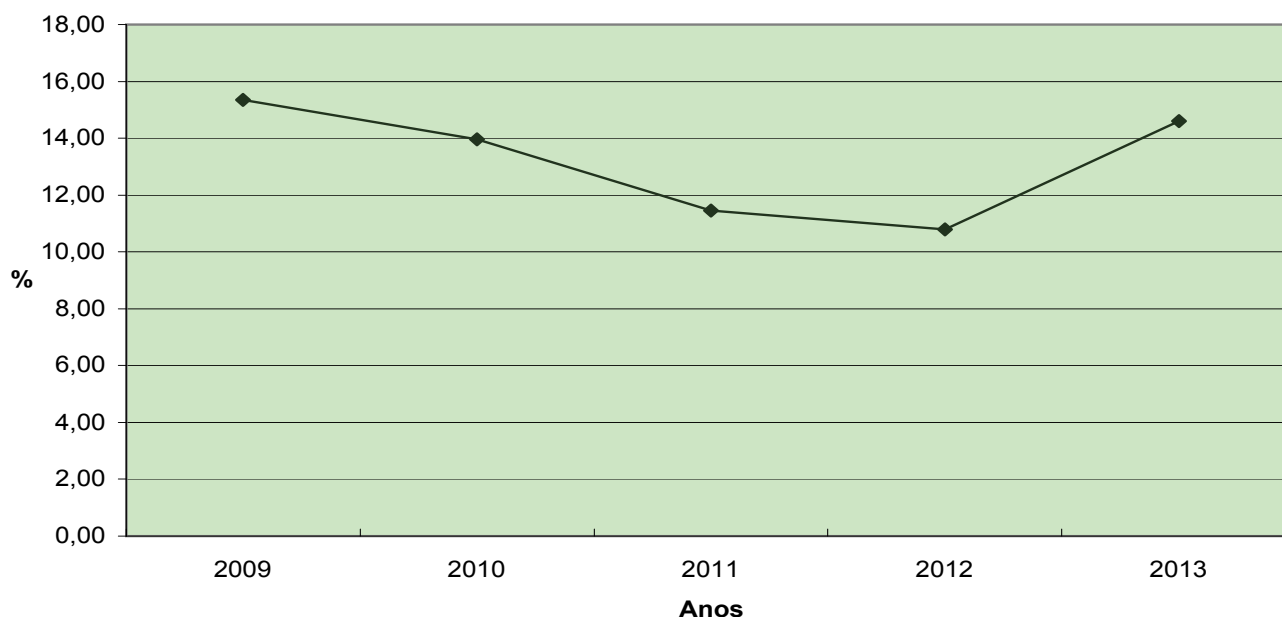


O gráfico nº 14 mostra-nos a execução da despesa prevista em orçamento, evidenciando uma não aderência à realidade financeira, tal como se viu nas receitas, demonstrando a fragilidade dos documentos de previsão, sendo necessário, para o futuro, continuar a corrigir esta fragilidade, elaborando com maior rigor e realismo os orçamentos (receitas/despesas), como a lei exige, sendo esses documentos imprescindíveis a uma boa gestão financeira municipal. As taxas de execução também variam, do seu valor mínimo de 62,65 % em 2011, até ao seu valor máximo de 73,21 % em 2009.

Se relacionarmos a despesa paga num exercício, relativa a despesa emergente em exercícios anteriores, com o global da despesa paga nesse exercício, dados do quadro nº 8 e gráfico nº 15, consistindo no pagamento de dívida de exercícios anteriores, para uma amostra de 72 % dos municípios da região, observa-se um decréscimo desta relação, de 2009 para 2012 de 15,35 % para 10,80 % em 2012, registando um crescimento em 2013, para o valor de 14,60 %. No que se refere ao exercício de 2013, para o nível de toda a Região (47 municípios), a relação atinge os 14,98 %.

Quadro nº 8 - Despesa Paga - por Exercício - Região Alentejo				
	TOTAL (corrente+capital) (€) (a)	Despesa do Exercício Corrente (€) (b)	Despesa de Exercícios Anteriores (€) (c)	(c) / (a) %
2009 *	478.568.498,41	405.132.070,18	73.436.428,23	15,35
2010 *	421.524.775,24	362.664.897,56	58.859.877,68	13,96
2011 *	418.906.960,43	370.901.204,93	48.005.755,50	11,46
2012 *	415.063.324,63	370.247.027,76	44.816.296,87	10,80
2013 *	451.786.322,40	385.817.770,50	65.968.551,90	14,60
2011 **	541.558.758,25	478.890.423,41	62.668.334,84	11,57
2012 ***	564.791.598,92	490.240.089,34	74.551.509,58	13,20
2013 ****	623.585.230,10	530.202.960,66	93.382.269,44	14,98
Fonte: * Prestações de Contas de 34 municípios (idênticos) nos 5 anos (72,34 % da Região) ** Prestações de Contas de 44 municípios (93,61 % da Região) *** Prestações de Contas de 46 municípios (97,87 % da Região) **** Prestações de Contas dos 47 municípios da Região				
DSAJAL / DFLM				

Gráfico nº 15 - Relação Entre Despesa Paga Referente a Exercícios Anteriores e o Total da Despesa Paga

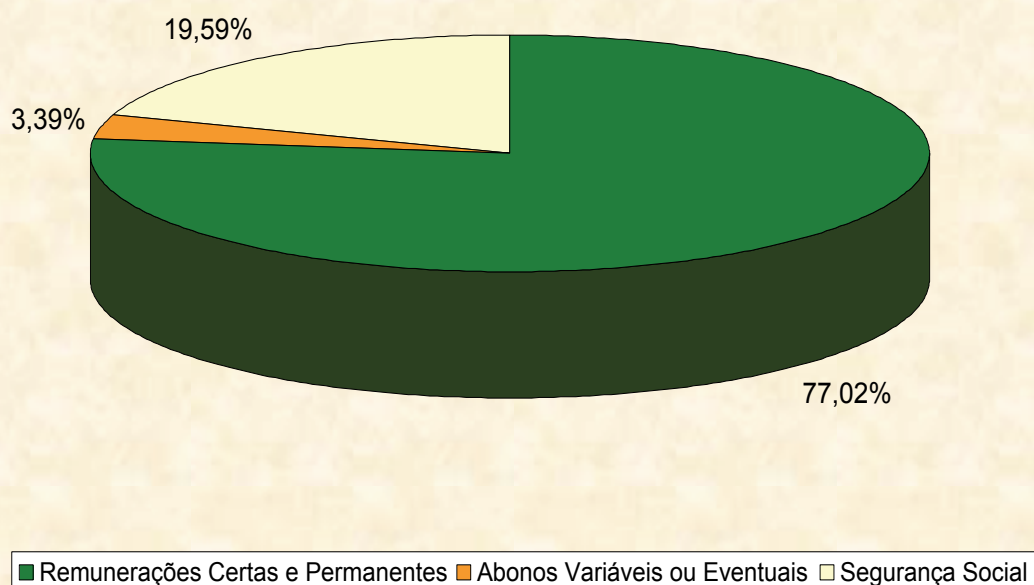


I. 6 - DESPESA COM PESSOAL

Quadro nº 9 - Despesa com Pessoal (pagamentos) 2013			
Região Alentejo			
	2013		
	(€)	%	%
Remunerações Certas e Permanentes	158.916.360,14	77,02	25,48
Abonos Variáveis ou Eventuais	7.003.438,33	3,39	1,12
Segurança Social	40.410.514,02	19,59	6,48
Total das Despesas com Pessoal	206.330.312,49	100,00	33,09
Total das Despesas	623.585.230,10		100,00
Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2013			
DSAJAL / DFLM			

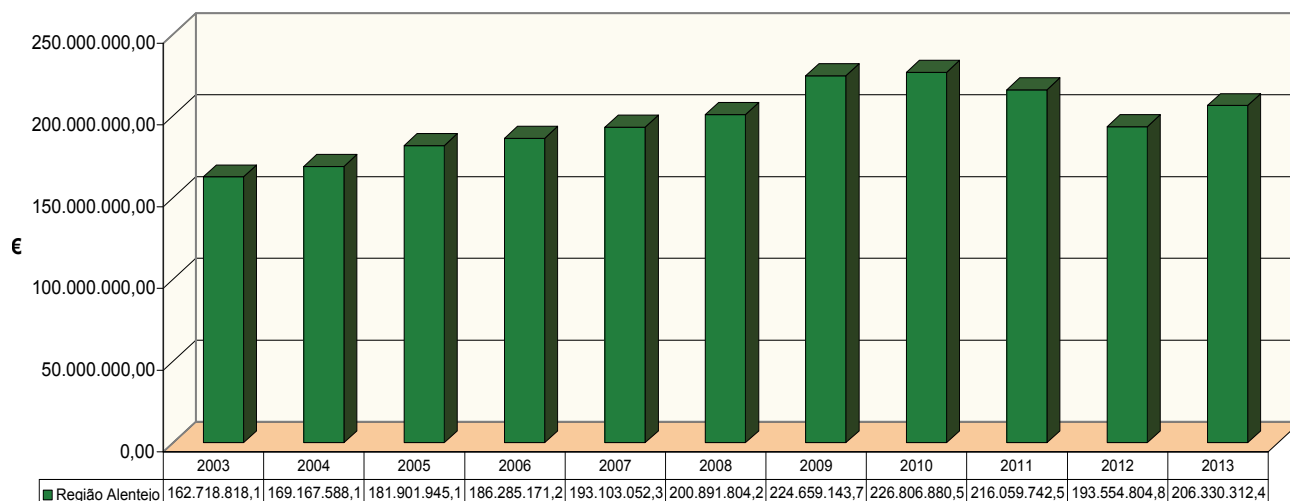
No exercício de 2013 a administração municipal pagou, em termos de despesa com pessoal, 206,3 milhões de euros, 33,09 % do total da despesa executada neste ano. Deste montante, a fatia maioritária continua a caber às remunerações certas e permanentes com 158,9 milhões de euros (77,02 % do total deste tipo de encargos), ficando a segurança social com 19,59 % de participação.

Gráfico nº 16 - Composição das Despesas com o Pessoal (2013)



No que toca à evolução da despesa com pessoal no período 2003/2013, esta apresentou um crescimento contínuo e firme entre 2003 a 2010 (ano em que atingiu o pico mais elevado de pagamento) no valor de 226 milhões de euros. De 2010 para 2012 registou-se uma fase de decréscimos, mais importante entre 2011/2012 com uma quebra de 22,5 milhões de euros, (- 10,42 %). De 2012 para 2013, no entanto, a despesa com pessoal cresceu em 12,8 milhões (6,60 %).

Gráfico nº 17 - Despesas com o Pessoal



O quadro nº 10 mostra-nos a evolução da despesa com o pessoal desagregada, entre 2008 e 2013, podendo-se explicitar as seguintes observações:

- O total da despesa teve um crescimento de 6,15 % de 2008 para 2009, iniciando em seguida um período de sucessivos decréscimos entre 2010 a 2012, cada vez menores, quebras essas calculadas em - 6,07 %, - 5,28 % e - 0,89 %, respectivamente, crescendo para 2013 em 7,14 %;
- No que toca à evolução da despesa com o pessoal, esta teve um crescimento de 11,83 % de 2008/2009, passando por uma fase de estabilização, com um acréscimo de 0,96 % entre 2009/2010, passando para a fase de decréscimos de 4,7 % em 2011 e, por fim, uma variação significativa de - 10,42 % em 2012 devido, entre outros factores, a medidas restritivas de impacto salarial. No entanto, em 2013, registou-se um aumento de 6,60 %, acompanhando o aumento da despesa;
- As remunerações certas e permanentes, a componente maioritária da despesa com pessoal, teve uma dinâmica semelhante à evolução da despesa de pessoal;
- No que se refere aos abonos variáveis ou eventuais, estes tiveram um acréscimo de 6,5 % em 2008/2009, com decréscimos progressivos e cada vez mais profundos, nos anos seguintes, com taxas de variação de -9,34 %, -15,92 % e -22,87 % respectivamente, resultado de medidas mais restritivas a este tipo de encargos, registando-se em 2013 um decréscimo mais comedido de 8,19 %;

Quadro nº 10 - Evolução da Composição da Despesa com Pessoal (pagamentos)
Região Alentejo

		Remunerações Certas e Permanentemente	Abonos Variáveis ou Eventuais	Segurança Social	Total das Despesas com Pessoal	Total das Despesas
2008	€	156.830.605,93	12.181.529,54	31.879.668,82	200.891.804,29	621.817.784,01
2009	€	175.563.218,83	12.975.408,11	36.120.516,77	224.659.143,71	660.083.846,82
Var %		11,94	6,52	13,30	11,83	6,15
2010	€	176.056.867,23	11.763.407,96	38.986.605,34	226.806.880,52	619.989.144,93
Var %		0,28	-9,34	7,93	0,96	-6,07
2011	€	169.393.622,51	9.890.921,36	36.775.198,63	216.059.742,50	587.233.962,47
Var %		-3,78	-15,92	-5,67	-4,74	-5,28
2012	€	151.730.870,52	7.628.595,25	34.195.339,07	193.554.804,84	582.025.412,69
Var %		-10,43	-22,87	-7,02	-10,42	-0,89
2013	€	158.916.360,14	7.003.438,33	40.410.514,02	206.330.312,49	623.585.230,10
Var %		4,74	-8,19	18,18	6,60	7,14

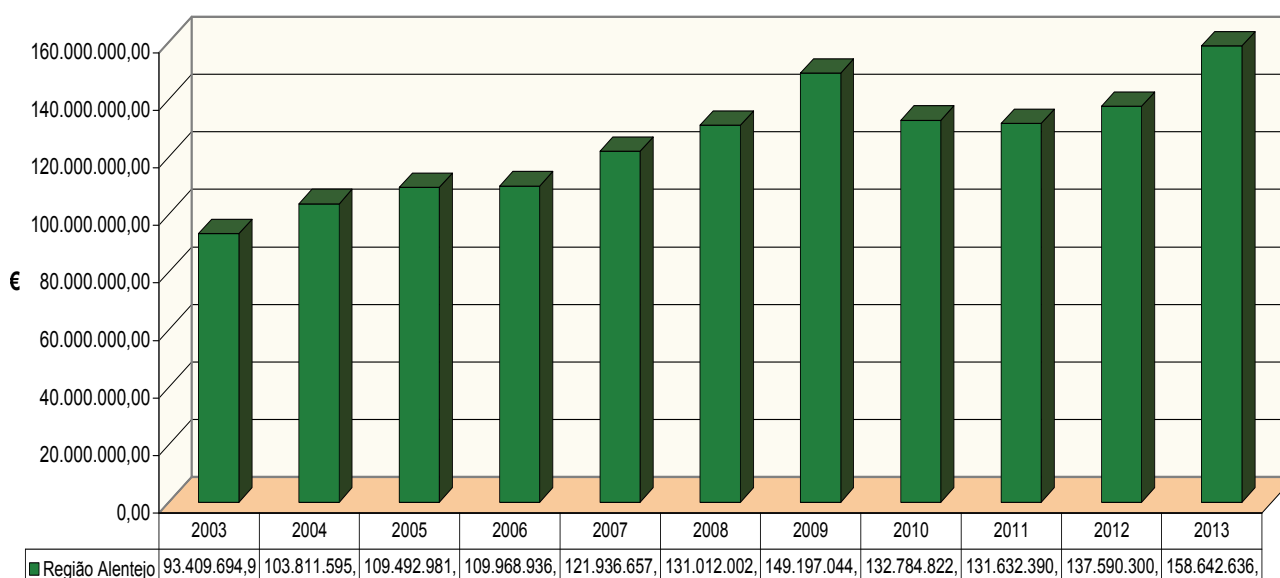
Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2008 a 2013

DSAJAL / DFLM

- A segurança social registou um crescimento de 13,30 % entre 2008/2009, repetindo a fase de crescimento agora de 7,93 % para 2010 e evoluindo para uma fase de quebras sucessivas e crescentes de -5,67 % para 2011 e - 7,02 % em 2012, com um crescimento significativo registado em 2013, atingindo os 18,18 %.

I. 7 - AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Gráfico nº 18 - Aquisição de Bens e Serviços



No que se refere à evolução deste tipo de despesa, ela mostra, nos últimos anos, um decréscimo desde 2009, mais acentuado entre 2009/2010 (-11,00 %) e uma quase estabilização para 2011, com uma variação de (-0,87 %) uma perda de 1,1 milhões de euros. Contudo, em 2012 e, essencialmente em 2013, o pagamento desta despesa voltou a crescer, 5,9 milhões de euros (4,53 %) em 2012 e 21,1 milhões de euros (15,30 %). Podemos apontar, como hipótese, como um dos fatores deste crescimento, as medidas tomadas em 2013 para o pagamento de dívidas em atraso.

O quadro nº 11 e o gráfico nº 19 mostram-nos o seguinte:

- A componente de aquisição de bens tem vindo a registar um crescimento constante e firme entre 2010 e 2013, muito em especial em 2012/2013. Este tipo de despesa aumentou, entre 2010/2011, 2,85 %, registando um aumento mais visível em 2012, com uma taxa de 8,75 %, contudo, em 2013 o acréscimo foi mais significativo com mais 12,1 milhões de euros (30,64 %);
- A parcela de aquisição de serviços decresceu 2,22 % de 2010/2011, apresentando aumentos para os anos seguintes de 2,91 % para 2012 e 9,10 % em 2013;
- Do total da rubrica (aquisição de bens e serviços) a parcela adstrita à aquisição de bens oscilou, de forma crescente, entre 26,67 % (2010) a 32,62 % (2013), mostrando que os municípios ainda continuam a adquirir, externamente, maioritariamente serviços.

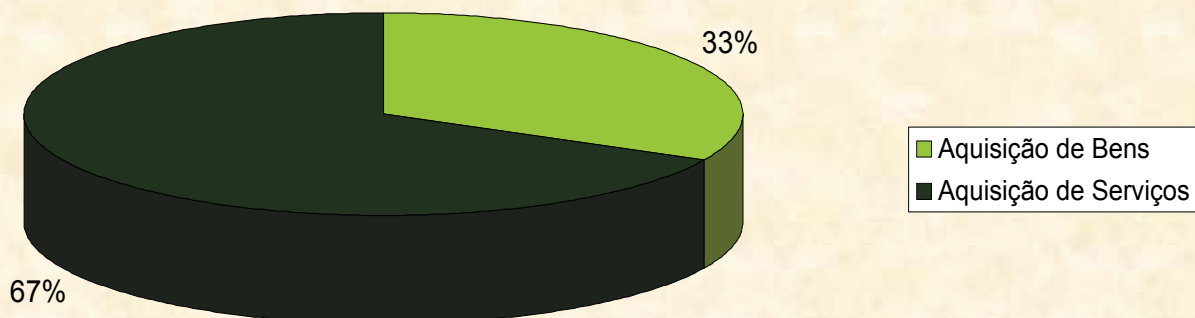
Quadro nº 11 - Aquisição de Bens e Serviços - despesa paga
Região Alentejo

	TOTAL (€)	Aquisição de Bens (€)	%	Aquisição de Serviços (€)
2010	132.784.822,18	35.420.286,90	26,67	97.364.535,28
2011	131.632.390,29	36.428.583,44	27,67	95.203.806,85
Var %	-0,87	2,85		-2,22
2012	137.590.300,25	39.616.868,95	28,79	97.973.431,30
Var %	4,53	8,75		2,91
2013	158.642.636,74	51.754.362,40	32,62	106.888.274,34
Var %	15,30	30,64		9,10

Fonte. Prestações de Contas dos 47 municípios referente a 2010 e 2013

DSAJAL / DFLM

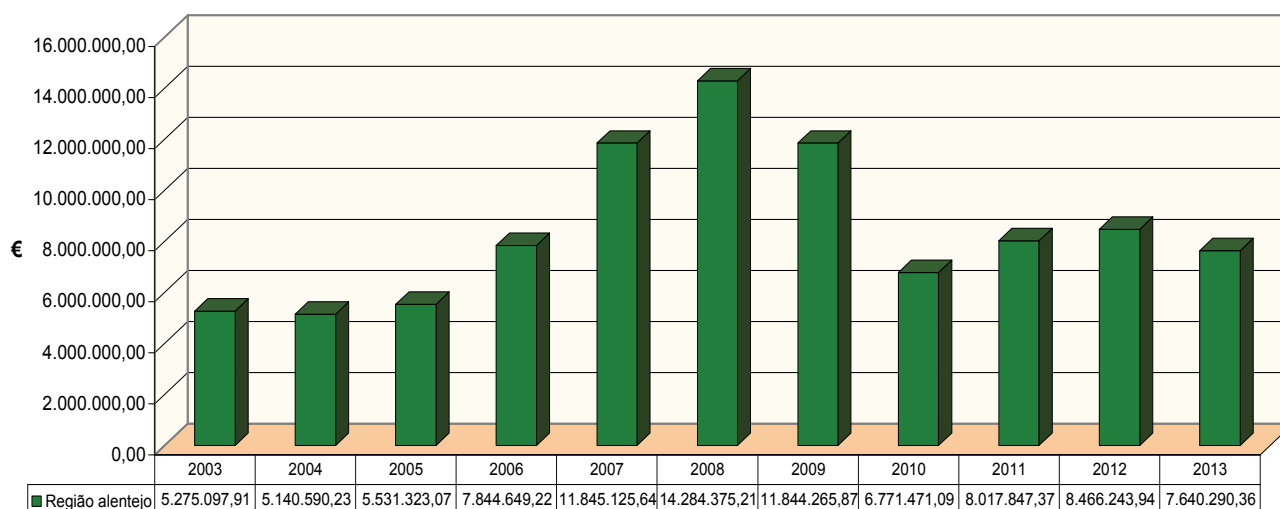
Gráfico nº 19 - Composição da Aquisição de Bens e Serviços em 2013



I. 8 - SERVIÇO DA DÍVIDA BANCÁRIA

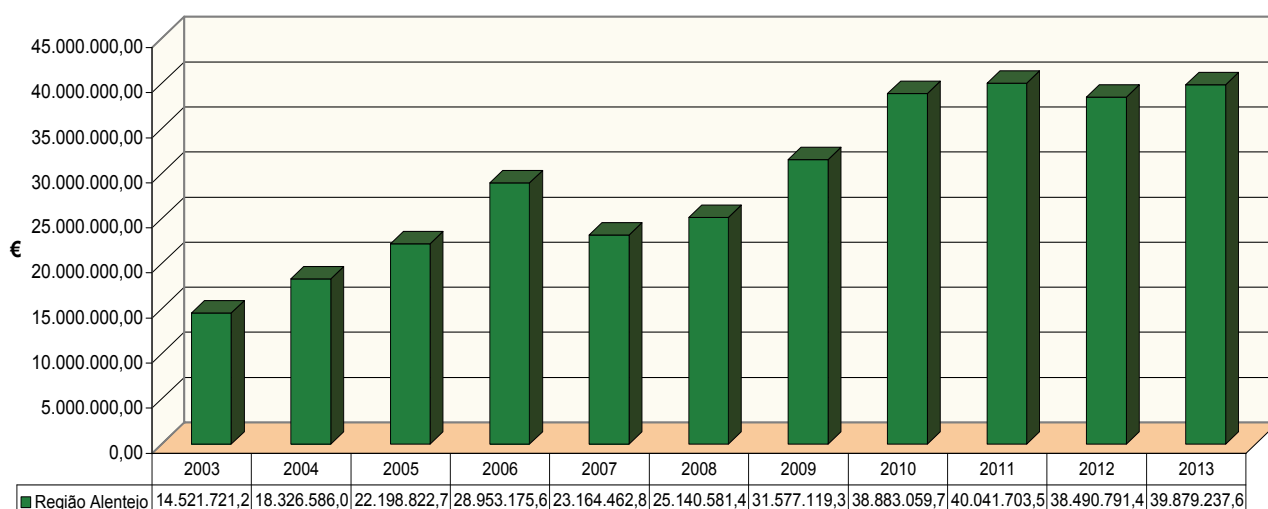
No que toca à despesa paga através dos juros de empréstimos notamos um segundo ciclo de subida, após um ciclo longo de acréscimos (de 2004 até 2008), ao qual se sucedeu um período de descidas (de 2008 até 2010). De 2010 a 2013 a rubrica de juros teve subidas constantes de 2010 até 2012, apresentando uma descida para 2013 de 825,9 mil euros (-9,76 %).

Gráfico nº 20 - Encargos Financeiros (juros)



No que se refere à despesa com amortizações de empréstimos (gráfico nº 21), observa-se um contínuo crescimento de 2007 até 2011, registando em 2012/2013 uma instabilidade, com um decréscimo em 2012 de 1,5 milhões de euros (-3,87 %) e um crescimento, para 2013, de 1,4 milhões de euros (3,61 %).

Gráfico nº 21 - Passivos Financeiros (amortizações)

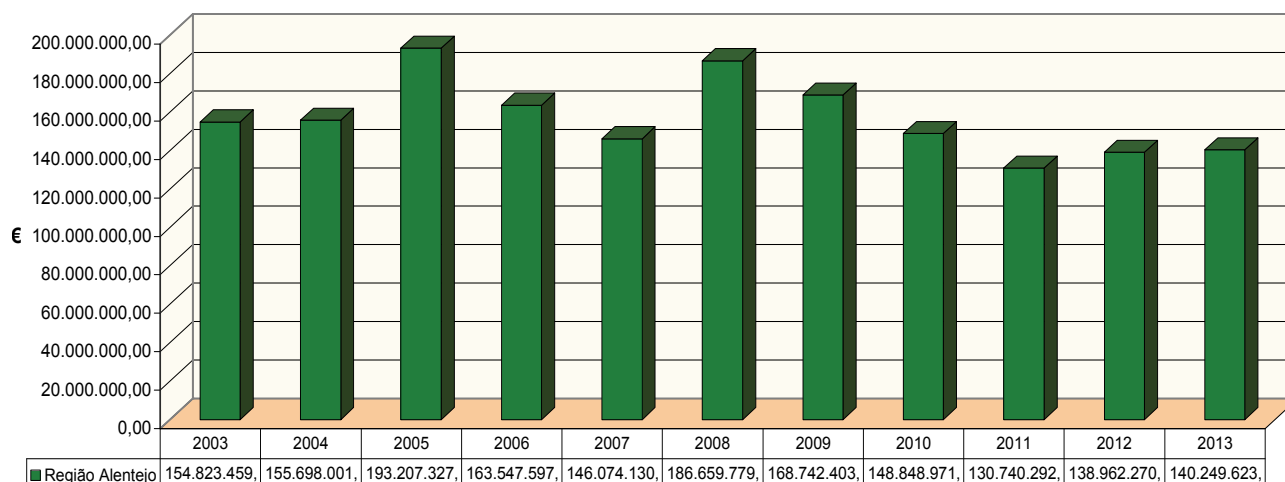


I.9 - AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL

A aquisição de bens de capital (vide gráfico nº 22) tem mostrado os seguintes ciclos de evolução:

- Um primeiro ciclo, de crescimento, de 2003 a 2005, ano que atingiu o valor máximo do período de análise;
- O segundo ciclo, de decréscimo (de 2005 a 2007), crescendo em 2008 (segundo montante máximo do período);
- Terceiro ciclo, de 2008 a 2011, de decréscimos sucessivos, registando neste ano o valor mais baixo de todo o período de análise;
- Por último, indicia-se um quarto ciclo, em 2012 com um crescimento de 8,2 milhões de euros e 6,29 % de variação e para 2013 novo crescimento de 1,3 milhões de euros (0,93 %).

Gráfico nº 22 - Aquisição de Bens de Capital

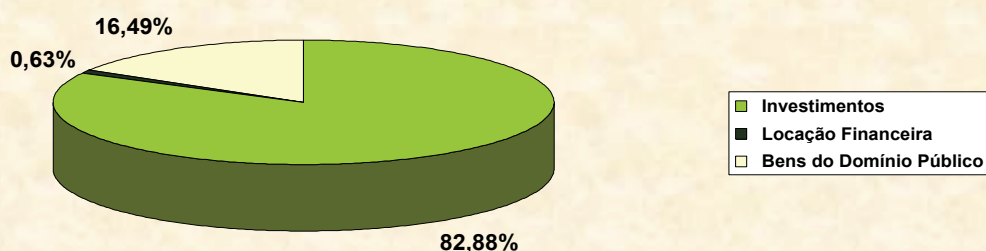


O quadro nº 12 mostra-nos a evolução da composição da aquisição de bens de capital de 2010 a 2013.

Quadro nº 12 - Composição da Aquisição de Bens de Capital - despesa paga Região Alentejo									
		Total da Aquisição de Bens de Capital	%	Investimentos	%	Locação Financeira	%	Bens do Domínio Público	%
2010	€	148.848.971,46	100,00	113.740.607,73	76,41	1.770.754,68	1,19	33.337.609,05	22,40
2011	€	130.740.292,38	100,00	95.626.307,10	73,14	1.385.980,67	1,06	33.728.004,61	25,80
Var %		-12,17		-15,93		-21,73		1,17	
2012	€	138.962.300,06	100,00	107.840.612,42	77,60	1.255.423,58	0,90	29.866.264,06	21,49
Var %		6,29		12,77		-9,42		-11,45	
2013	€	140.249.623,04	100,00	116.241.504,68	82,88	883.923,14	0,63	23.124.195,22	16,49
Var %		0,93		7,79		-29,59		-22,57	
Fonte: Prestações de Contas dos 47 municípios referentes a 2010 e 2013									
DJASAL/DFLM									

No que toca às grandes componentes da aquisição de bens de capital (ver quadro nº 12 e gráfico nº 23), o mais significativo é o investimento, com quotas de 76,41 % em 2010, 73,14 % em 2011, 77,60 % em 2012 e 82,88 % em 2013, seguido dos bens de domínio público com quotas de participação que rondam entre os 16 a 26 %. De 2012 a 2013 regista-se um crescimento de 7,79 % nos investimentos, acompanhada por uma quebra significativa nos bens por locação financeira na ordem dos 29,59 % e de 22,57 % nos bens de domínio público.

Gráfico nº 23 - Composição da Aquisição de Bens de Capital - 2013



Quadro nº 13 - Composição da Aquisição de Bens de Capital (por natureza) - despesa paga

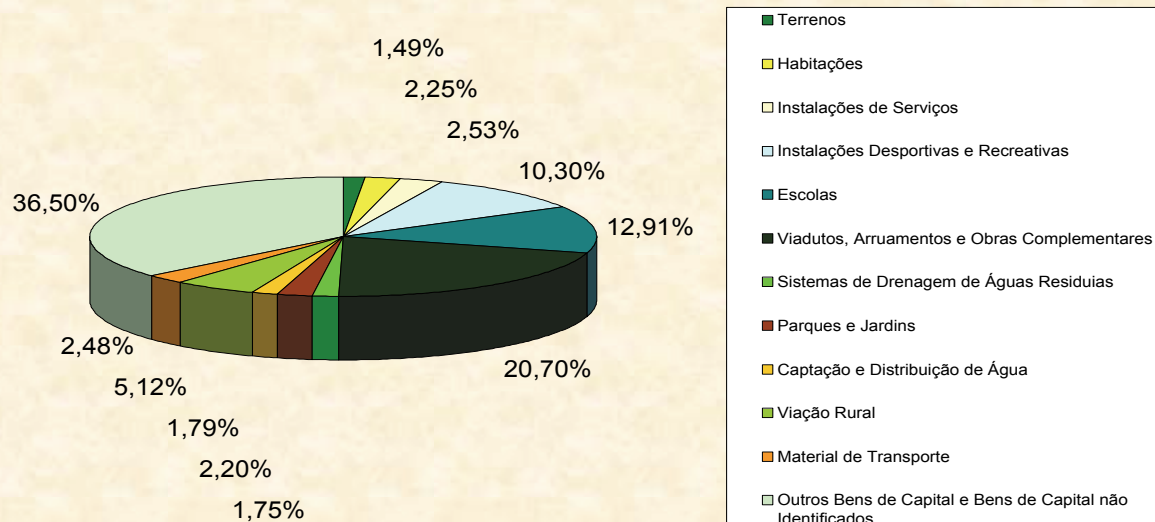
Região Alentejo

	2010		2011		Var %	2012		Var %	2013		Var %
	€	%	€	%		€	%		€	%	
Total da Aquisição de Bens de Capital	148.848.971,46	100,00	130.740.292,38	100,00	-12,17	138.962.300,06	100,00	6,29	140.249.623,04	100,00	0,93
Terrenos	2.962.120,20	1,99	2.963.798,50	2,27	0,06	3.621.564,35	2,61	22,19	2.084.704,87	1,49	-42,44
Habitacões	1.895.280,55	1,27	2.049.748,07	1,57	8,15	2.378.348,98	1,71	16,03	3.157.104,88	2,25	32,74
Instalações de Serviços	6.756.293,15	4,54	4.423.909,05	3,38	-34,52	6.872.644,25	4,95	55,35	3.546.190,07	2,53	-48,40
Instalações Desportivas e Recreativas	12.805.046,08	8,60	9.620.263,78	7,36	-24,87	10.077.484,49	7,25	4,75	14.440.993,75	10,30	43,30
Escolas	20.930.483,21	14,06	18.043.394,73	13,80	-13,79	13.911.849,19	10,01	-22,90	18.102.132,88	12,91	30,12
Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	32.628.484,67	21,92	27.263.211,34	20,85	-16,44	30.484.797,17	21,94	11,82	29.029.965,38	20,70	-4,77
Sistemas de Drenagem de Águas Residuais	2.126.418,23	1,43	3.727.800,07	2,85	75,31	3.128.719,85	2,25	-16,07	2.452.292,17	1,75	-21,62
Parques e Jardins	2.024.911,36	1,36	5.832.627,95	4,46	188,04	4.401.127,19	3,17	-24,54	3.089.998,26	2,20	-29,79
Captação e Distribuição de Água	3.398.400,39	2,28	3.284.076,14	2,51	-3,36	3.849.948,30	2,77	17,23	2.504.007,47	1,79	-34,96
Viação Rural	10.901.957,39	7,32	10.635.026,43	8,13	-2,45	6.422.837,80	4,62	-39,61	7.179.731,63	5,12	11,78
Material de Transporte	3.499.665,13	2,35	4.166.174,86	3,19	19,04	3.432.515,60	2,47	-17,61	3.474.163,83	2,48	1,21
Outros Bens de Capital e Bens de Capital não Identificados	48.919.911,10	32,87	38.730.261,46	29,62	-20,83	50.380.462,89	36,25	30,08	51.188.337,85	36,50	1,60

Fonte: Prestações de Contas dos 47 municípios referentes a 2010 e 2013

DJASAL/DFLM

Gráfico nº 24 - Composição da Aquisição de Bens de Capital (por natureza) - despesa paga - 2013



O quadro nº 13 e o gráfico nº 24 mostra-nos a análise da composição da aquisição de bens de capital por natureza, evidenciando-se alguma tipificações.

As duas tipificações mais importantes nos bens de capital dos municípios em 2010, 2011, 2012 e 2013 são as escolas e os viadutos, arruamentos e obras complementares, registando em 2013 mais um item com valor superior a 10 %, as instalações desportivas e recreativas.

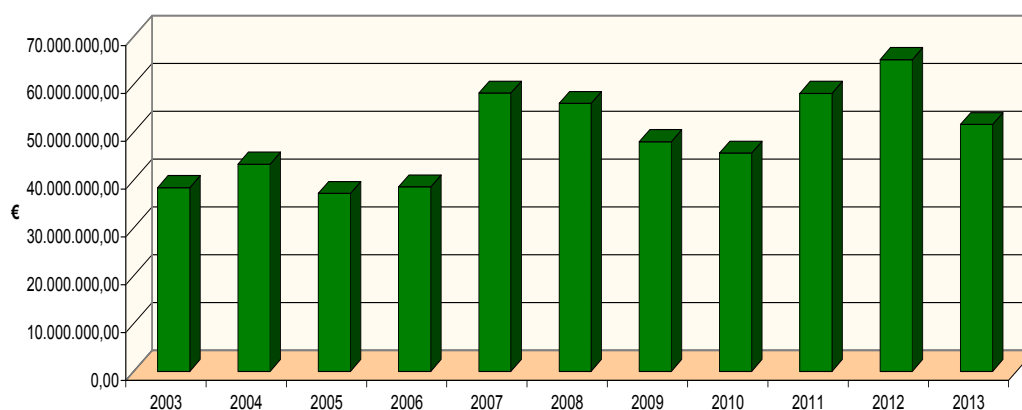
De 2012 para 2013 o maior acréscimo é o registado nas instalações desportivas e recreativas com 43,30 % e o mais importante decréscimo corresponde às instalações de serviços com – 48,40 %.

I. 10 - SALDOS

O gráfico nº 25 apresenta-nos a evolução dos saldos de operações orçamentais, em termos de caixa, que consiste no saldo inicial do exercício mais os recebimentos do ano menos os pagamentos do mesmo ano, de verbas próprias da autarquia.

Se analisarmos o período temporal estabelecido, nomeadamente de 2007 para 2013, reparamos que existem três ciclos de evolução, um entre 2007 e 2010 de decréscimos contínuos, outro ciclo, de 2010 a 2012 caracterizado por acréscimos firmes e um terceiro de novamente decréscimo para 2013. Como se referiu, de 2012 para 2013 regista-se uma diminuição da poupança orçamental, no montante de 13,6 milhões de euros (-20,80 %).

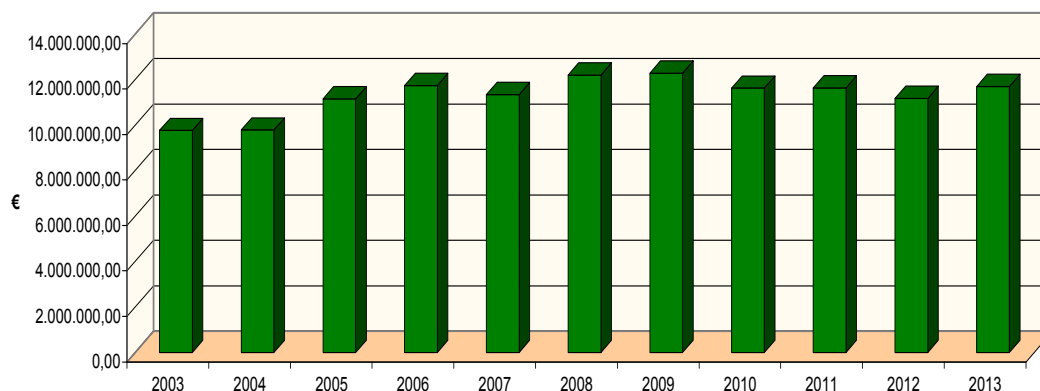
Gráfico nº 25 - Saldo Final de Operações Orçamentais



	31-12-2003	31-12-2004	31-12-2005	31-12-2006	31-12-2007	31-12-2008	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013
■ Região Alentejo	38.452.947,21	43.357.537,91	37.205.284,90	38.585.072,27	58.181.493,93	56.006.086,58	48.033.872,18	45.648.257,31	58.123.832,48	65.180.418,88	51.623.160,76

No que toca à relação entre saldo inicial, recebimentos e pagamentos de operações de tesouraria (gráfico nº 26), verbas consignadas a terceiras entidades, o mesmo apresenta, em 2013, um saldo positivo de 11,7 milhões de euros, registando-se uma ligeira subida de 2012 para o ano seguinte de 522 805 euros, ou seja, um acréscimo de 4,67 %.

Gráfico nº 26 - Saldo Final de Operações de Tesouraria

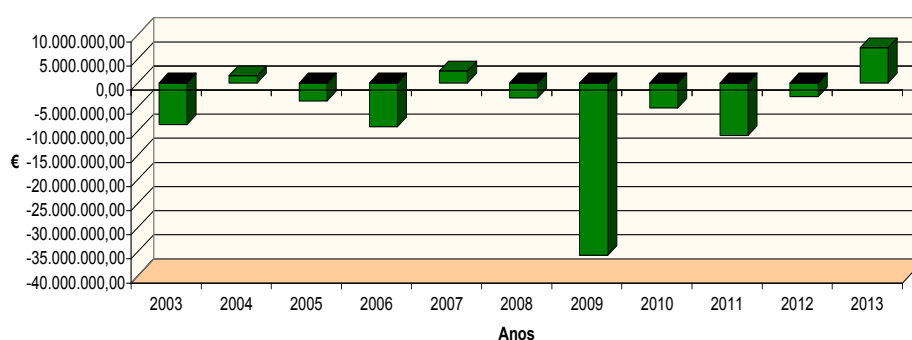


	31-12-2003	31-12-2004	31-12-2005	31-12-2006	31-12-2007	31-12-2008	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013
■ Região Alentejo	9.773.768,63	9.795.966,13	11.167.221,34	11.758.745,12	11.359.352,11	12.210.059,37	12.298.304,95	11.640.406,38	11.642.158,12	11.193.901,77	11.716.706,79

Se relacionarmos os recebimentos e os pagamentos do exercício, ao nível da conta corrente (gráfico nº 27), a Região, em termos das suas administrações municipais, apresenta no período de análise (2003/2013) oito exercícios com saldos negativos, especialmente no ano de 2009 com um deficit de 35,7 milhões de euros. Se compararmos 2012 com 2013, este último ano apresenta um saldo corrente positivo que atinge os 7,3 milhões de euros, ou seja, uma significativa recuperação de 10,1 milhões de euros, registando um saldo positivo após 5 exercícios negativos.

Para esta situação deficitária (oito exercícios em onze), estrutural e prolongada no tempo, continua a concorrer várias causas, entre elas, o peso marcante das despesas correntes, o perfil debilitante das receitas próprias correntes arrecadadas, e também, por via do enviesamento contabilístico motivado pelo actual sistema de contas, na contabilização de componentes de despesa do investimento (conta de capital), com registo obrigatório em contas correntes, como é o caso, por exemplo, das aquisições de bens e serviços, se tomarmos em consideração as obras por administração direta.

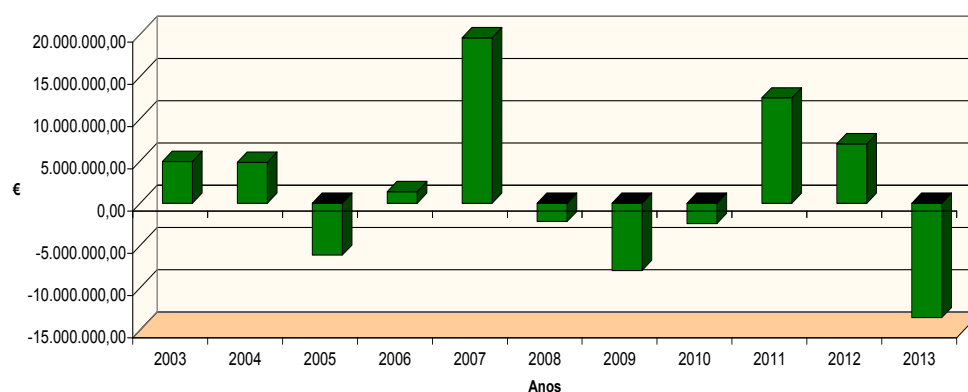
Gráfico nº 27 - Saldo Corrente (receita corrente-despesa corrente)



	31-12-2003	31-12-2004	31-12-2005	31-12-2006	31-12-2007	31-12-2008	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013
Saldo Corrente	-8.676.117,88	1.466.809,17	-3.715.521,18	-9.087.616,11	2.479.652,98	-3.126.220,26	-35.763.950,71	-5.201.035,01	-10.924.538,47	-2.865.516,87	7.313.120,26

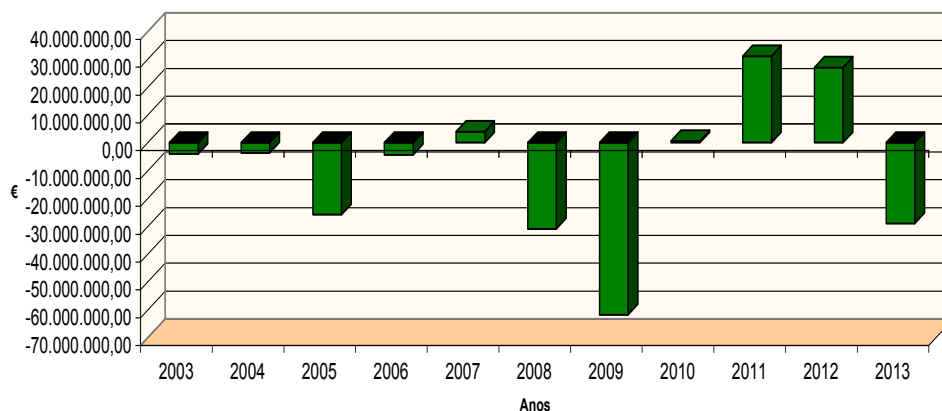
No que se refere à relação entre os recebimentos e os pagamentos do exercício (contas corrente e de capital) das operações orçamentais, registam-se, para o período em análise, seis exercícios com superavite. Se tomarmos atenção para o segmento temporal de 2007 a 2013, após o ano de 2007 com um saldo positivo de 19,6 milhões de euros, sucederam-se três anos de saldos negativos, o pior deles foi 2009 com um déficit de 7,9 milhões de euros. No entanto, 2011 e 2012 apresentam já saldos positivos. Contudo, de 2011 para 2012 registou-se uma quebra, com algum significado, passando de 12,4 milhões de euros para 7,0 milhões, ou seja, um decréscimo de 43,44 %. Em 2013, registou-se um déficit com expressão que atingiu os 13,6 milhões de euros, que contrasta com os dois exercícios anteriores positivos.

Gráfico nº 28 - Saldo do Exercício (receita total-despesa total)



	31-12-2003	31-12-2004	31-12-2005	31-12-2006	31-12-2007	31-12-2008	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013
Saldo do Exercício	4.964.233,25	4.832.156,29	-6.152.253,01	1.381.415,51	19.610.832,01	-2.176.407,35	-7.972.938,90	-2.384.890,38	12.475.575,17	7.056.675,15	-13.557.258,12

Gráfico nº 29 - Saldo Efetivo (receita corrente + receita de capital - ativos e passivos financeiros) - (despesa corrente + despesa de capital - ativos e passivos financeiros)

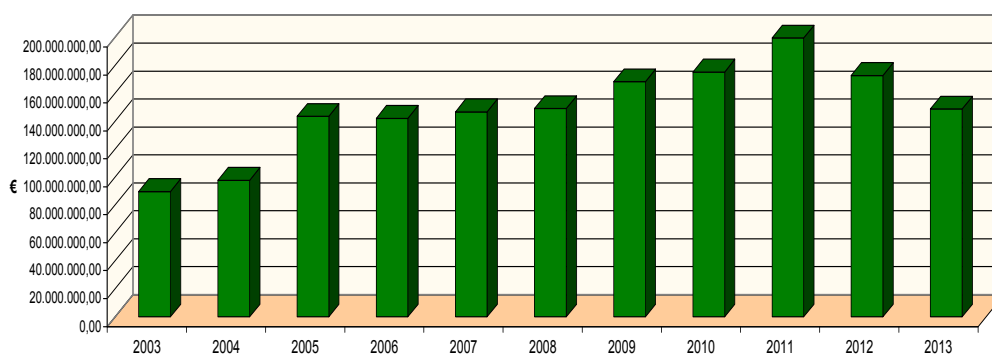


	31-12-2003	31-12-2004	31-12-2005	31-12-2006	31-12-2007	31-12-2008	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013
Saldo Efetivo	-4.063.709,61	-3.656.955,47	-25.895.432,45	-4.326.878,84	3.948.652,42	-30.961.118,55	-61.862.410,08	633.079,11	31.185.915,46	27.086.141,68	-29.038.885,53

O gráfico nº 29 apresenta-nos a evolução temporal (2003/2013) do saldo efetivo. Este saldo é calculado tendo em conta as receitas (corrente e de capital) e as despesas (corrente e de capital), excluindo os respectivos ativos e passivos financeiros. A leitura do gráfico mostra-nos sete exercícios deficitários, em especial 2009 (-61,8 milhões de euros) e quatro exercícios positivos. O saldo efetivo teve um crescimento forte de 2010 para 2011, passando de 0,63 milhões de euros para 31,1 milhões, contudo, de 2011 para 2012 registou-se uma quebra, passando para ao 27,0 milhões de euros e, para 2013 o saldo passou para uma situação deficitária de -29 milhões de euros.

I . 11 - ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

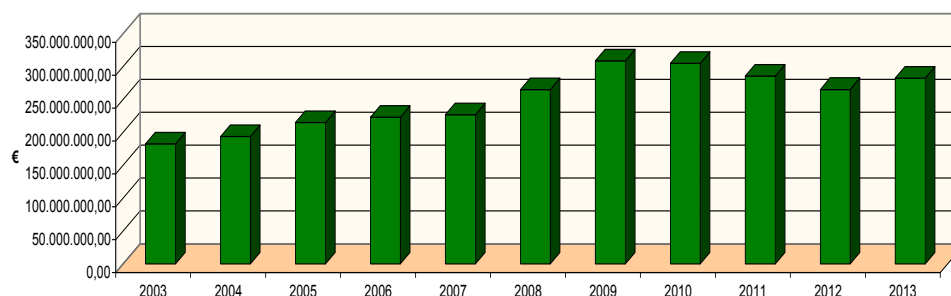
Gráfico nº 30 - Dívidas Assumidas e Não Pagas



	31-12-2003	31-12-2004	31-12-2005	31-12-2006	31-12-2007	31-12-2008	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013
Região Alentejo	89.780.243,03	97.870.962,81	143.536.796,79	142.103.083,86	146.847.237,27	149.126.725,63	168.347.058,56	175.288.461,88	199.658.226,67	172.864.764,97	148.729.424,50

O gráfico nº 30 mostra-nos a evolução temporal das dívidas assumidas e não pagas (fornecedores, empreiteiros e outros terceiros), com crescimento contínuo desde o ano de 2006 até 2011, atingindo neste ano o montante mais elevado de todo o período, no valor de 199,6 milhões de euros. Contudo, de 2011 a 2013 este tipo de dívida teve uma evolução positiva com um decréscimo de 26,7 milhões de euros (-13,42 %) para 2012 e uma diminuição de 24,1 milhões de euros (-13,96 %) para 2013.

Gráfico nº 31 - Capital em Dívida de Empréstimos de Médio e Longo Prazo



	31-12-2003	31-12-2004	31-12-2005	31-12-2006	31-12-2007	31-12-2008	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013
Região Alentejo	182.711.342,77	193.802.115,13	215.042.085,69	223.306.179,34	227.175.496,55	265.280.638,67	308.603.044,37	304.748.458,54	285.699.145,29	265.333.254,18	282.623.954,15

A evolução do capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazos está presente no gráfico nº 31 e mostra-nos dois ciclos evolutivos. O primeiro, caracterizado por crescimentos contínuos, percorre os anos de 2003 até 2009, o segundo, caracterizado por decréscimos, vai até 2012. De 2011 até 2012 registou-se também uma evolução positiva, com um decréscimo deste tipo de dívida orçado em 20,36 milhões de euros, decréscimo esse calculado em 7,13 %. Contudo, de 2012 para 2013 regista-se um aumento do capital em dívida calculado em 17,3 milhões de euros (6,52 %).

Quadro nº 14 - Cobertura da Dívida Assumida e Não Paga (Fornecedores, Empreiteiros e outros) pelo Saldo Final de Caixa de Operações Orçamentais

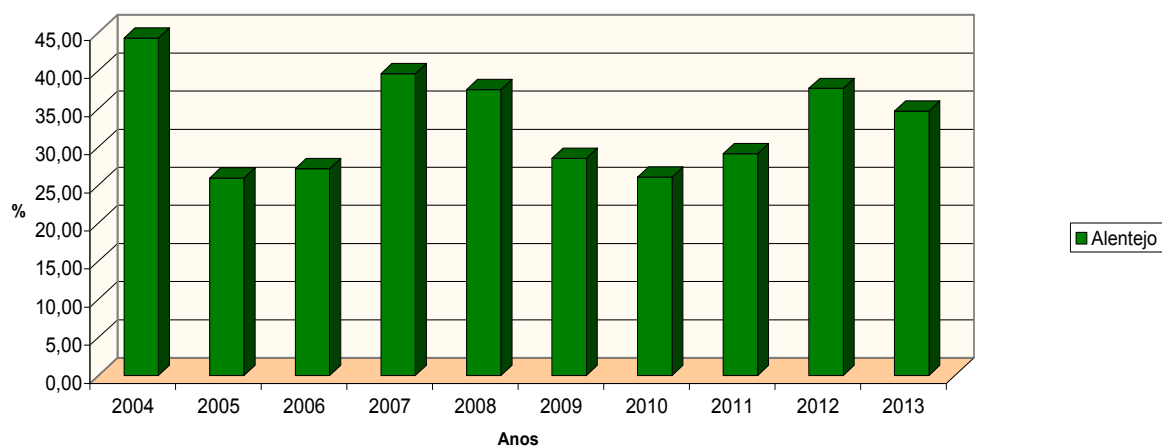
Região Alentejo

	Saldo Final Operações Orçamentais (A) (€)	Dívidas Assumidas e Não Pagas (B) (€)	(A/B)x100 (%)
2004	43.357.537,91	97.870.962,81	44,30
2005	37.205.284,90	143.536.796,79	25,92
2006	38.585.072,27	142.103.083,86	27,15
2007	58.181.493,93	146.847.237,27	39,62
2008	56.006.086,58	149.126.725,63	37,56
2009	48.033.872,18	168.347.058,56	28,53
2010	45.648.257,31	175.288.461,88	26,04
2011	58.123.832,48	199.658.226,67	29,11
2012	65.180.418,88	172.864.764,97	37,71
2013	51.623.160,76	148.729.424,50	34,71

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2004 a 2013

DSAJAL / DFLM

Gráfico nº 32 - Cobertura da Dívida Assumida e Não Paga (Fornecedores, Empreiteiros e Outros) pelo Saldo Final de Operações Orçamentais



Tendo em consideração a dívida assumida e não paga (fornecedores, empreiteiros e outros terceiros, com excepção da dívida creditícia), procurou-se saber o grau de cobertura desta dívida por parte do saldo final de operações orçamentais.

Assistiu-se (vide gráfico nº 32), assim, após um período de degradação deste indicador, entre 2007 e 2010, a uma recuperação em 2011 e em especial em 2012, passando este indicador de 26,04 % (2010) para 29,11 % (2011) e 37,71 % (2012). No entanto, em 2013, a taxa de cobertura volta a cair para os 34,71 %.

Quadro nº 15 - Endividamento Municipal (balanço)

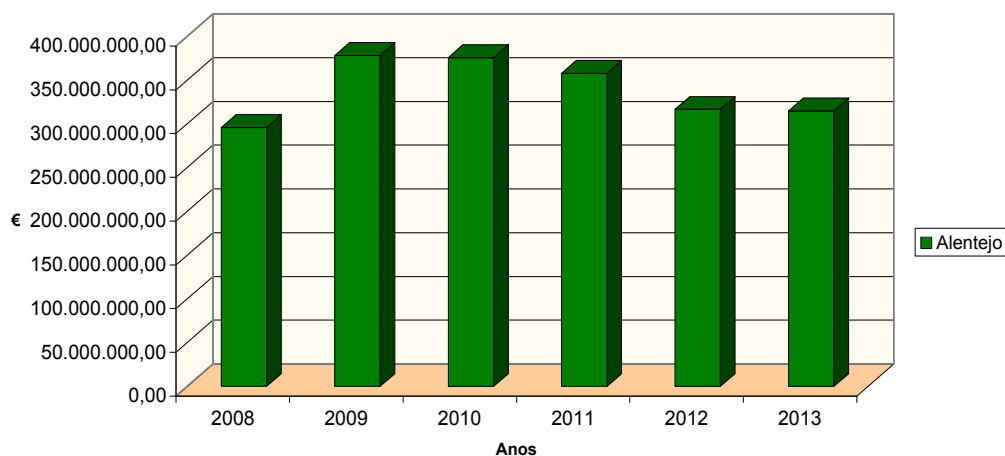
Alentejo

						€
Balanço	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazos	271.041.855,90	322.638.286,40	316.592.235,02	296.137.483,62	271.440.792,74	288.784.876,77
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	154.725.373,66	167.233.415,86	172.581.918,13	198.569.413,07	176.953.210,27	143.433.478,40
Dívidas de Terceiros a Médio e Longo Prazos	4.067.820,61	4.027.862,60	4.048.682,89	3.892.548,57	0,00	2.306.779,23
Dívidas de Terceiros a Curto Prazo	56.629.680,60	46.561.343,34	51.465.987,20	63.424.584,94	55.146.854,65	51.656.962,12
Títulos Negociáveis	12.621.894,61	9.304.311,63	10.505.318,80	13.450.000,00	13.031.914,81	5.650.000,00
Depósitos em Bancos e Caixa	56.413.237,38	51.876.354,80	47.518.068,93	56.337.054,21	63.654.657,82	57.721.694,82
Endividamento (montante líquido)	296.034.596,36	378.101.829,89	375.636.095,33	357.602.708,97	316.560.575,73	314.882.919,00

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2008 a 2013

DSAJAL / DFLM

Gráfico nº 33 - Endividamento Municipal (montante líquido) (balanço)



O quadro nº 15 e o gráfico nº 33 explicita o endividamento municipal através das rubricas do balanço, denotando-se o significativo crescimento da dívida global líquida de 2008 para 2009, atingindo neste ano o seu máximo neste período, no montante de 378,1 milhões de euros. No entanto, de 2009 para 2013 tem-se vindo a observar a descompressão do endividamento, tendo de 2011 para 2012 registado um decréscimo de 41,0 milhões de euros (11,48 %) e de 2012 para 2013 uma diminuição calculada em 1,7 milhões de euros (-0,53 %).

Quadro nº 16 - Peso da Dívida a Fornecedores Região Alentejo			
	Dívida a Fornecedores (balanço) (ano n) (€) (1)	Receita Total (ano n-1) (€) (2)	(1) / (2) %
2011	177.819.002,18	617.604.254,55	28,79
2012	155.229.701,37	599.709.537,64	25,88
Var %	-12,70		
2013	130.576.634,16	589.082.087,84	22,17
Var %	-15,88		
Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2011 e 2013			
DSAJAL / DFLM			

O quadro nº 16 apresenta o peso da dívida a fornecedores (contas do balanço) sobre o total da receita do ano anterior. Esta relação, para 2011, apresenta um peso de 28,79 %, tendo este indicador uma evolução positiva em 2012 e 2013, com os seguintes valores 25,88 % e 22,17 % respetivamente.

I. 12 - FATOR GERADOR DE DÍVIDA

Quadro nº 17 - Fator Gerador de Dívida				
	Receita Liquidada Total (sem Saldo de Operações Orçamentais) (€) (1)	Despesa (compromissos) Assumida para o Exercício (€) (2)	Desiquilíbrio Gerador de Dívida (€) (3=1-2)	
2011	621.292.953,26	707.516.486,98	-86.223.533,72	
2012	594.489.851,21	568.060.947,41	26.428.903,80	
Var%	-4,31	-19,71	-130,65	
2013	624.469.684,40	585.062.641,40	39.407.043,00	
Var%	5,04	2,99	49,11	
	Receita Liquidada Total (sem Saldo de Operações Orçamentais) (€) (1)	Saldo Inicial de Operações Orçamentais (ano n) (€) (2)	Despesa (compromissos) Assumida para o Exercício (€) (3)	Desiquilíbrio Gerador de Dívida (€) (4=1+2-3)
2011	621.292.953,26	45.648.257,31	707.516.486,98	-40.575.276,41
2012	594.489.851,21	58.123.743,73	568.060.947,41	84.552.647,53
Var%	-4,31	27,33	-19,71	-308,38
2013	624.469.684,40	65.180.418,88	585.062.641,40	104.587.461,88
Var%	5,04	12,14	2,99	23,70
Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2011 e 2013				
DSAJAL / DFLM				

O quadro nº 17 mostra-nos o desequilíbrio entre a receita liquidada num determinado exercício e os compromissos assumidos para esse exercício, quer os emergentes contratualmente nesse ano, quer os compromissos assumidos contratualmente em anos anteriores, na forma de compromissos plurianuais, estando programados e à carga orçamental desse mesmo exercício. Para o cálculo destes compromissos

assumidos não se teve em consideração o saldo constituído pelos compromissos assumidos em anos anteriores e que não foram pagos nesses anos. Como base informacional para esta análise cingiu-se à informação constante no controlo orçamental da receita e da despesa.

Assim, para 2011, observou-se um desequilíbrio bruto de 86,2 milhões de euros e, contando com a poupança de operações orçamentais de 2010, saldou-se num desequilíbrio de 40,5 milhões de euros.

Em 2012, a situação teve uma evolução altamente positiva, passando para uma situação de folga da ordem dos 26,4 milhões de euros, ou seja, resultante do encontro de uma receita liquidada de 594,4 milhões de euros e compromissos assumidos para o exercício de 568,0 milhões de euros. Refira-se que, embora estas duas variáveis tivessem uma evolução negativa, a quebra dos compromissos assumidos foi quase cinco vezes superior à da receita liquidada. Esta situação de folga, em 2012, foi mais ampliada com a introdução do saldo de operações orçamentais.

Para 2013, o desequilíbrio foi mais positivo ainda, registando-se um diferencial de 39,4 milhões de euros (materializado num excesso de receita liquidada em relação aos compromissos assumidos, derivado dum maior crescimento da primeira em relação à segunda. Este desequilíbrio foi reforçado pelo saldo orçamental, passando para os 104,6 milhões de euros.

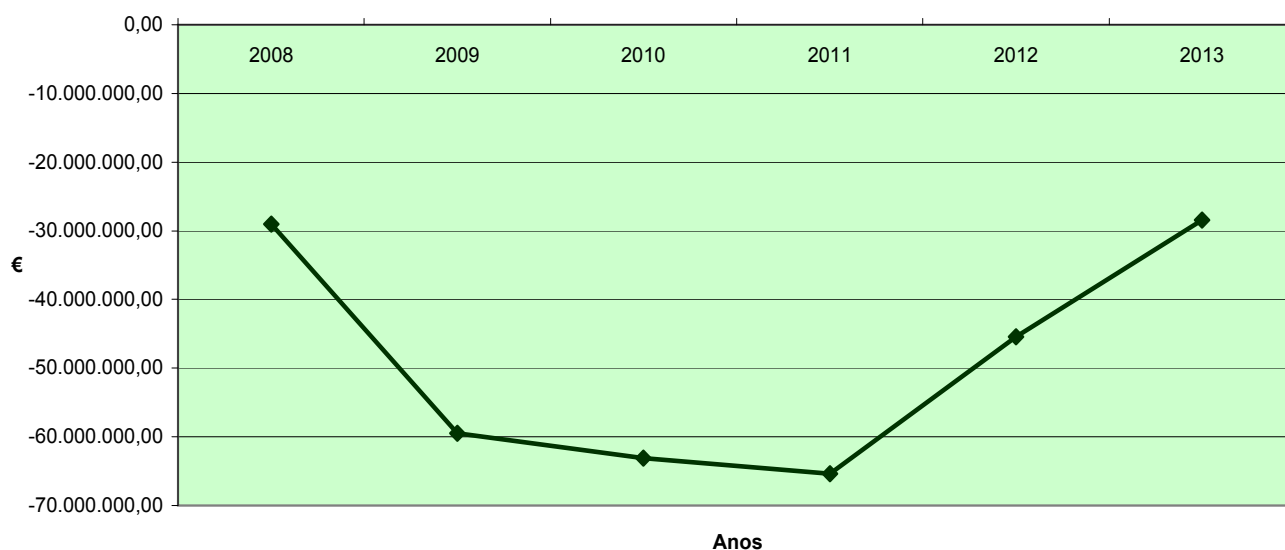
I. 13 - LIQUIDEZ GERAL

Quadro nº 18 - Liquidez Geral (balanço)		
Região Alentejo		
	(Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa + Títulos Negociáveis + Dívidas a Receber de Curto Prazo) - Dívidas a Pagar de Curto Prazo (€)	Var %
2008	-29.060.561,07	
2009	-59.491.406,09	104,72
2010	-63.092.543,20	6,05
2011	-65.357.773,92	3,59
2012	-45.419.782,99	-30,51
2013	-28.404.823,46	-37,46
Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2008 a 2013		
DSAJAL / DFLM		

Ao observarmos o quadro nº 18 e o respetivo gráfico nº 34, pretende-se analisar a evolução regional da liquidez geral, que consiste na relação, em termos de itens do balanço, entre o conjunto de depósitos em bancos e caixa, títulos negociáveis e dívidas a receber de curto prazo e o conjunto das dívidas a pagar de curto prazo.

Esta liquidez geral tem tido uma evolução negativa no período de 2008 a 2011, apresentando um afundamento significativo de 2008 para 2009, na ordem dos 30,4 milhões de euros (104,72 %). De 2009 para 2011 o agravamento tem continuado, mas com menor expressão, registando de 2010 a 2011 um acréscimo de 3,59 %. Em 2012 e 2013, no entanto, regista-se uma evolução positiva, com o recuo constante do deficit de liquidez geral calculada em 19,93 milhões de euros, ou seja uma variação de - 30,51 % em 2012 e uma diminuição de 17,0 milhões de euros (-37,46 %) em 2013.

Gráfico nº 34 - Liquidez Geral



I. 14 - BALANÇO

Quadro nº 19 Estrutura do Ativo Líquido (Balanço de 2013) Região Alentejo			
	2013 (€)	%	
Imobilizado (Bens do Domínio Público)	1.166.888.352,70	41,32	
Imobilizado Corpóreo, Incorpóreo e Investimentos Financeiros	1.500.825.316,34	53,14	
Dívida de Terceiros (Curto Prazo)	51.656.962,12	1,83	
Depósito em Bancos e Caixa	57.721.694,82	2,04	
Outros	46.937.067,65	1,66	
TOTAL DO ATIVO LÍQUIDO	2.824.029.393,63	100,00	
Estrutura dos Fundos Próprios e do Passivo (Balanço de 2013) Região Alentejo			
	2013 (€)	%	%
FUNDOS PRÓPRIOS (Total)	1.749.690.197,25		61,96
Provisão para Riscos e Encargos	22.440.803,04	2,09	0,79
Dívidas a Terceiros (Médio e Longo Prazos)	288.784.876,77	26,88	10,23
Dívidas a Terceiros (Curto Prazo)	143.433.480,40	13,35	5,08
Acréscimos e Diferimentos	619.680.036,17	57,68	21,94
PASSIVO (Total)	1.074.339.196,38	100,00	38,04
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO	2.824.029.393,63		100,00
Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2013			
DSA JAL / DFLM			

Do quadro nº 19, que consiste na apresentação, para 2013, da estrutura do ativo líquido e dos fundos próprios e passivo, é possível observar o seguinte:

- No ativo líquido a componente principal (maioritária) cabe ao imobilizado corpóreo, incorpóreo e investimentos financeiros com um peso de 53,14 %, seguido do imobilizado relativo a bens de domínio público. O peso de relevo desta última rubrica está relacionado com a natureza do objeto público da instituição municipal;
- O peso dos fundos próprios (património) é de 61,96 %, cabendo ao passivo os restantes 38,04 %;
- Na composição do passivo ressalta a importância dos acréscimos e diferimentos com um peso superior a metade do total do passivo (57,68 %), seguido das dívidas a terceiros com 40,23 %;
- No que toca à estrutura da dívida a terceiros, 26,88 % do total do passivo cabe a operações de médio e longo prazos, cabendo as dívidas de curto prazo o peso de 13,35 %.

Quadro nº 20-A Evolução da Estrutura do Ativo Líquido (Balanços de 2008 a 2013) Região Alentejo							
		Imobilizado (Bens do Domínio Público)	Imobilizado Corpóreo, Incorpóreo e Investimentos Financeiros	Dívida de Terceiros (Curto Prazo)	Depósito em Bancos e Caixa	Outros	TOTAL DO ATIVO LÍQUIDO
2008	€	1.297.328.933,44	1.277.340.891,98	56.629.680,60	56.413.237,38	49.279.842,03	2.736.992.585,43
2009	€	1.334.409.473,13	1.350.136.666,36	46.561.343,34	51.876.354,80	49.600.771,92	2.832.584.609,55
Var %		2,86	5,70	-17,78	-8,04	0,65	3,49
2010	€	1.308.553.928,91	1.423.478.927,62	51.465.987,20	47.518.068,93	49.344.175,55	2.880.361.088,21
Var %		-1,94	5,43	10,53	-8,40	-0,52	1,69
2011	€	1.303.288.025,22	1.454.752.540,58	63.424.584,94	56.337.054,21	55.674.006,11	2.933.476.211,06
Var %		-0,40	2,20	23,24	18,56	12,83	1,84
2012	€	1.168.339.633,03	1.454.179.541,44	55.146.854,65	63.354.657,82	52.390.648,65	2.793.411.335,59
Var %		-10,35	-0,04	-13,05	12,46	-5,90	-4,77
2013	€	1.166.888.352,70	1.500.825.316,34	51.656.962,12	57.721.694,82	46.937.067,65	2.824.029.393,63
Var %		-0,12	3,21	-6,33	-8,89	-10,41	1,10
Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2008 a 2013							
DSA JAL / DFLM							

O quadro supra descreve a evolução da estrutura do ativo líquido para o período de 2008 a 2013 que se passa a sintetizar:

- Acréscimos consecutivos anuais do ativo líquido (2008 a 2011), com maior expressão de 2008 para 2009 (3,49 %) e uma quebra, com significado em 2012 de 4,77 %, registando uma recuperação para 2013 de 1,10 %;
- No imobilizado de bens do domínio público registam-se decréscimos consecutivos, de amplitude variada, entre 2009 a 2013, entre os 10,35 % e os 0,12 %;

- Crescimentos no imobilizado corpóreo, incorpóreo e investimentos financeiros, com exceção do exercício de 2012 com (-0,04 %);
- A dívida de terceiros (de curto prazo) registou acréscimos de 2009 até 2011, com exceção da quebra registada entre 2008 e 2009, e decréscimos de 2011 a 2013 perdendo 11,8 milhões de euros;
- Acréscimo no montante de depósitos em bancos e caixa entre 2010 e 2011 (18,56 %) e de 12,46 % em 2012 em contraponto com as quebras registadas nos anos anteriores, voltando a apresentar um decréscimo em 2013 de (-8,89 %).

Quadro nº 20-B Evolução da Estrutura dos Fundos Próprios e do Passivo (Balanços de 2008 a 2013) Região Alentejo								
		Fundos Próprios (Total)	Provisão para Riscos e Encargos	Dívidas a Terceiros (Médio e Longo Prazos)	Dívidas a Terceiros (Curto Prazo)	Acréscimos e Diferimentos	Passivo (Total)	Total dos Fundos Próprios e do Passivo
2008	€	1.878.619.136,83	4.075.101,60	271.041.855,81	154.725.373,66	428.531.117,53	858.373.448,60	2.736.992.585,43
2009	€	1.882.172.661,32	6.353.390,42	322.638.286,40	167.233.415,86	454.186.855,55	950.411.948,23	2.832.584.609,55
Var %		0,19	55,91	19,04	8,08	5,99	10,72	3,49
2010	€	1.892.305.673,23	12.498.396,90	316.592.235,02	172.581.918,13	486.382.864,93	988.055.414,98	2.880.361.088,21
Var %		0,54	96,72	-1,87	3,20	7,09	3,96	1,69
2011	€	1.886.125.027,82	9.677.121,15	296.137.483,62	198.569.413,07	542.967.165,40	1.047.351.183,24	2.933.476.211,06
Var %		-0,33	-22,57	-6,46	15,06	11,63	6,00	1,84
2012	€	1.746.558.610,56	10.790.750,03	271.440.792,74	176.953.210,27	587.667.971,94	1.046.852.724,98	2.793.411.335,54
Var %		-7,40	11,51	-8,34	-10,89	8,23	-0,05	-4,77
2013	€	1.749.690.197,25	22.440.803,04	288.784.876,77	143.433.480,40	619.680.036,17	1.074.339.196,38	2.824.029.393,63
Var %		0,18	107,96	6,39	-18,94	5,45	2,63	1,10

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2008 a 2013

DSAJAL / DFLM

O quadro nº 20-B mostra-nos a evolução da estrutura dos fundos próprios e do passivo no período em análise (2008/2013):

- Os fundos próprios registam, neste período, crescimentos muito baixos (menos de um ponto percentual e até decréscimos em dois exercícios, um com algum significado (2012) com -7,40 %;
- A componente provisões para riscos e encargos tem registado crescimentos avultados, passando de um mínimo de 4 milhões de euros em 2008 para um máximo de 22,4 milhões de euros em 2013, ou seja, 5,19 % do total das dívidas a terceiros;
- As dívidas a terceiros de médio e longo prazos mostram acréscimos de 2008/2009 e 2012/2013, apresentando quebras nos outros exercícios. No período regista-se a maior quebra (-8,34 %) em 2011/2012 e a menor (-1,87 %) de 2009 a 2010;

- As dívidas de curto prazo apresentam crescimentos de 2008/2011 e quebras 2011/2013, com um valor de -18,94 % em 2012/2013;
- A componente com maior vulto na estrutura do passivo é a dos acréscimo e diferimentos, cuja parcela esmagadoramente maioritária pertence aos proveitos diferidos. Esta componente representa, em 2013, 57,68 % do total do passivo;
- O passivo tem registado crescimentos ao longo do período de análise, com exceção para 2012 com uma quebra mínima de 0,05 %.

Quadro nº 21 Passivo Corrigido Região Alentejo				
		Passivo (valor integral)	Proveitos Diferidos	Passivo Corrigido (excluindo os proveitos diferidos)
2008	€	858.373.448,60	405.769.079,00	452.604.369,60
2009	€	950.411.948,23	429.866.716,00	520.545.232,23
Var %		10,72	5,94	15,01
2010	€	988.055.414,98	460.905.403,00	527.150.011,98
Var %		3,96	7,22	1,27
2011	€	1.047.351.183,24	523.615.586,00	523.735.597,24
Var %		6,00	13,61	-0,65
2012	€	1.046.852.724,98	565.304.945,00	481.547.779,98
Var %		-0,05	7,96	-8,06
2013	€	1.074.339.196,38	585.213.414,67	489.125.781,71
Var %		2,63	3,52	1,57
Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2008 a 2013				
DSAJAL / DFLM				

No que toca ao passivo, o quadro nº 21 descreve a sua evolução para o período de 2008/2013, não só no seu montante integral mas também na sua forma corrigida, entrando em linha de conta com os proveitos diferidos.

Tendo em consideração a natureza da conta de proveitos diferidos (os quais não são obrigações a pagar, mas sim receitas que devem ser reconhecidas como proveitos de exercícios seguintes), corrigiu-se o valor do passivo global excluindo deste os referidos proveitos diferidos.

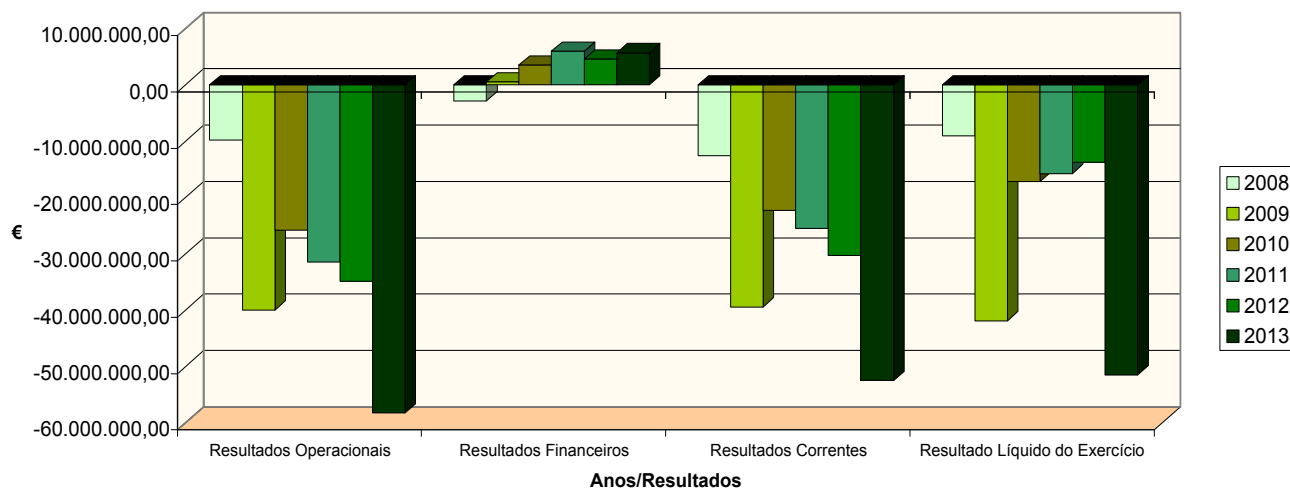
Assim, é possível observar o seguinte:

- No que toca aos proveitos diferidos, cuja componente esmagadora é relativa aos subsídios para investimento, os montante são, para o período em análise, bastante superiores a 400 milhões de euros, superiores mesmo aos 500 milhões de euros (2011/2013), tendo crescimentos anuais superiores a 5 %, menos 2013 que apresentou um crescimento de 3,52 %;
- Após a correcção, o montante do passivo torna-se significativamente mais pequeno, tendo crescimentos de 2008 a 2010 e decréscimos nos anos seguintes, em especial de 2011 a 2012 e um crescimento de 1,57 % para 2013.

I. 15 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Quadro nº 22 - Demonstração de Resultados											
Região Alentejo	2008	2009	Var %	2010	Var %	2011	Var %	2012	Var %	2013	Var %
	€	€		€		€		€		€	
Custos e Perdas	551.650.507,21	593.991.956,32	7,7	579.336.785,89	-2,5	554.464.521,98	-4,3	540.534.346,77	-2,5	581.993.960,21	7,7
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas + Fornecimentos e Serviços Externos + Remunerações + Encargos Sociais + Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais + Amortizações do Exercício + Provisões do Exercício + Outros Custos Operacionais (1)	501.600.562,74	542.404.013,03	8,1	537.169.178,14	-1,0	515.181.493,76	-4,1	501.363.238,82	-2,7	537.051.041,00	7,1
Custos e Perdas Financeiras (2)	17.842.228,83	13.073.193,03	-26,7	9.846.501,87	-24,7	10.692.811,13	8,6	10.759.679,25	0,6	10.915.701,77	1,5
Custos Extraordinários (3)	32.207.715,64	38.514.750,26	19,6	32.321.105,88	-16,1	28.590.217,09	-11,5	28.411.428,70	-0,6	34.027.217,44	19,8
Proveitos e Ganhos	542.663.723,66	552.156.394,82	1,7	562.182.831,73	1,8	538.748.775,37	-4,2	526.814.011,80	-2,2	530.542.997,47	0,7
Venda de Mecadorias + Venda de Produtos + Prestações de Serviços + Impostos e Taxas + Variação da Produção + Trabalhos para a Própria Entidade + Proveitos Suplementares + Transferências e Subsídios Obtidos + Outros Proveitos e Ganhos Operacionais (4)	491.839.896,72	502.468.207,85	2,2	511.373.286,48	1,8	483.753.349,35	-5,4	466.518.545,81	-3,6	478.848.626,49	2,6
Proveitos e Ganhos Financeiros (5)	15.007.660,98	13.590.882,63	-9,4	13.391.059,56	-1,5	16.689.926,22	24,6	15.366.550,24	-7,9	16.651.988,80	8,4
Proveitos e Ganhos Extraordinários (6)	35.816.165,96	36.097.304,34	0,8	37.418.485,69	3,7	38.305.499,80	2,4	44.928.915,75	17,3	35.042.382,18	-22,0
Resultados											
Resultados Operacionais A=(4)-(1)	-9.760.666,02	-39.935.805,18		-25.795.891,66		-31.428.144,41		-34.844.693,01		-58.202.414,51	
Resultados Financeiros B=(5)-(2)	-2.834.567,85	517.689,60		3.544.557,69		5.997.115,09		4.606.870,99		5.736.287,03	
Resultados Correntes C=(4+5)-(1+2)	-12.595.233,87	-39.418.115,58		-22.251.333,97		-25.431.029,32		-30.237.822,02		-52.466.127,48	
Resultado Líquido do Exercício D=(4+5+6)-(1+2+3)	-8.986.783,55	-41.835.561,50		-17.153.954,16		-15.715.746,61		-13.720.334,97		-51.450.962,74	
Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2008 a 2013											
DSAJAL / DFLM											

Gráfico nº 35 - Resultados



O quadro nº 22 conjugado com o gráfico nº 35 apresenta-nos a evolução temporal das várias componentes da demonstração de resultados regional, bem como os respetivos resultados por natureza, podendo-se salientar os seguintes aspetos:

- Os totais dos custos e perdas, após um acréscimo de 2008 para 2009 de 7,7 %, apresenta quebras consecutivas de 2010 e 2012 de, respetivamente, 2,5 %, 4,3 % e 2,5 %, registando, por fim, um crescimento de 7,7 % em 2013;
- O total dos proveitos e ganhos tiveram crescimentos de 2008 para 2010 de, respetivamente, 1,7 % e 1,8 %, apresentando quebras para 2011 de 4,2 %, para 2012 de 2,2 % e uma quase estagnação de 0,7 % em 2013;

- Os custos e proveitos operacionais seguem a mesma tendência dos respetivos totais;
- A nível de resultados, pode-se afirmar o seguinte:
 - Os resultados operacionais (proveitos menos custos operacionais) tiveram para os anos de 2009 a 2013 défices avultados quando comparados com 2008. Regista-se de 2012 para 2013 um significativo agravamento do défice, passando dos 34,8 milhões de euros para os 58,2 milhões de euros, valor muito superior ao registado em 2009;
 - No que toca ao resultado líquido do exercício, proveniente da diferença entre os proveitos e os custos operacionais, financeiros e extraordinários, apresenta um significativo agravamento do seu défice de 2008 para 2009, registando-se um desagravamento contínuo e firme do défice de 2010 a 2012 e apresentando um agravamento significativo para 2013, ultrapassando também o valor registado em 2009.

I . 16 - INDICADORES DE GESTÃO (A NÍVEL REGIONAL)

Gráfico nº 36 - Impostos Diretos e Indiretos / Receita Total



Gráfico nº 37 - Venda de Bens e Serviços / Receita Total

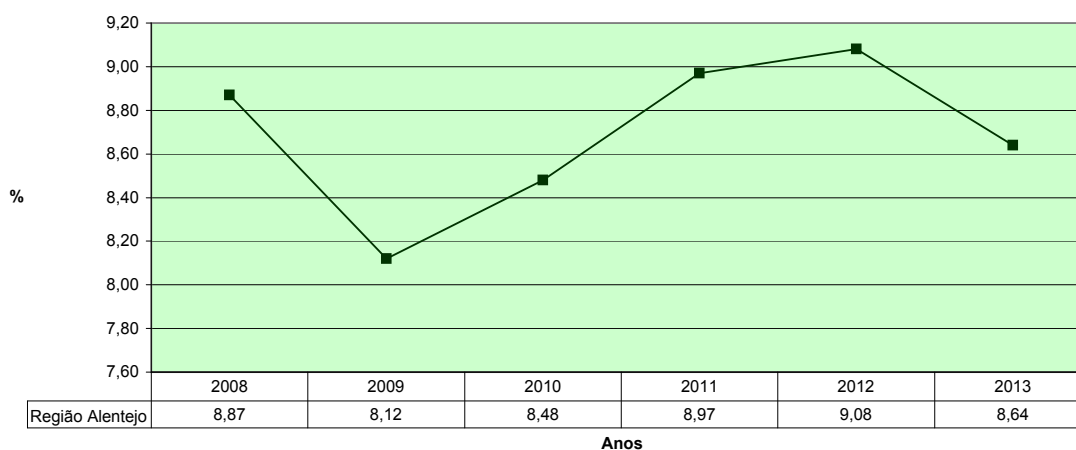


Gráfico nº 38 - Fundos Municipais (OE) (corrente e capital) / Receita Total

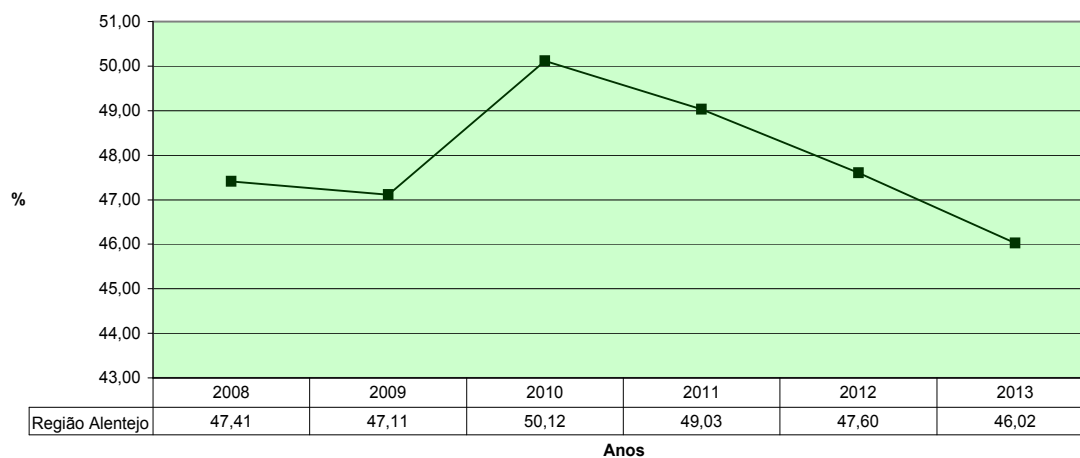


Gráfico nº 39 - Transferências de Fundos Comunitários (corrente e capital) / Receita Total

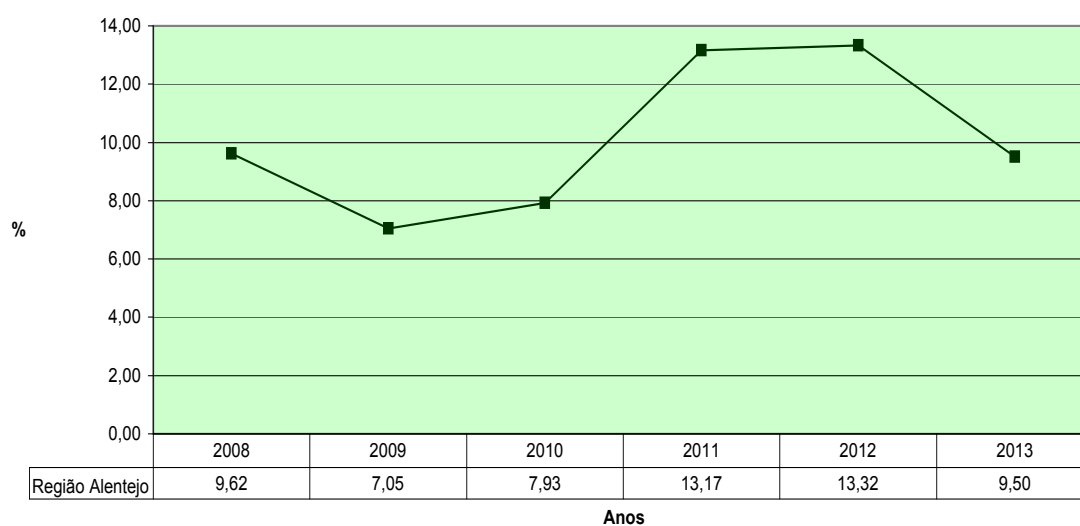


Gráfico nº 40 - Empréstimos / Receita Total

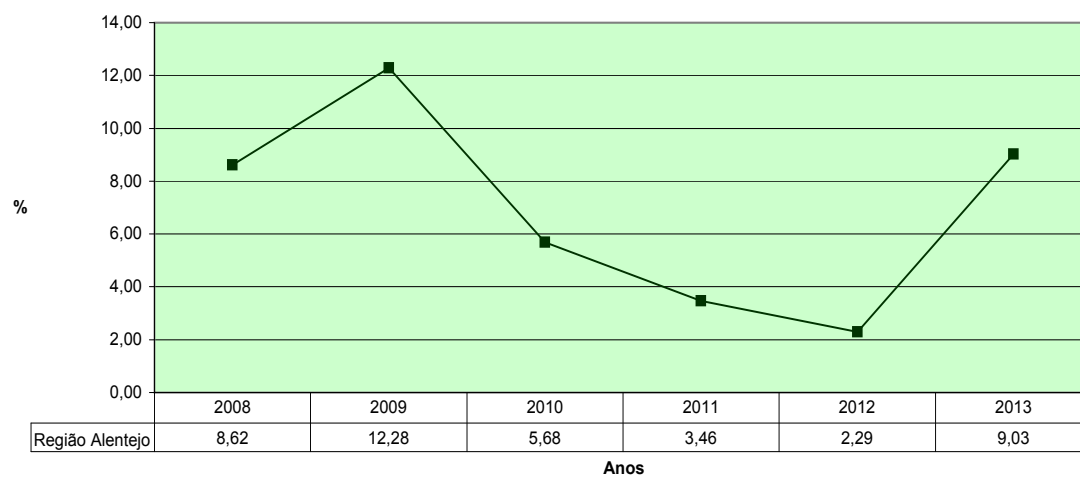


Gráfico nº 41 - Receita Própria (impostos diretos + indiretos + tmop + rend propried + venda bens serviços + outras receitas correntes e capital + venda bens investim + ativos financ) / Receita Total

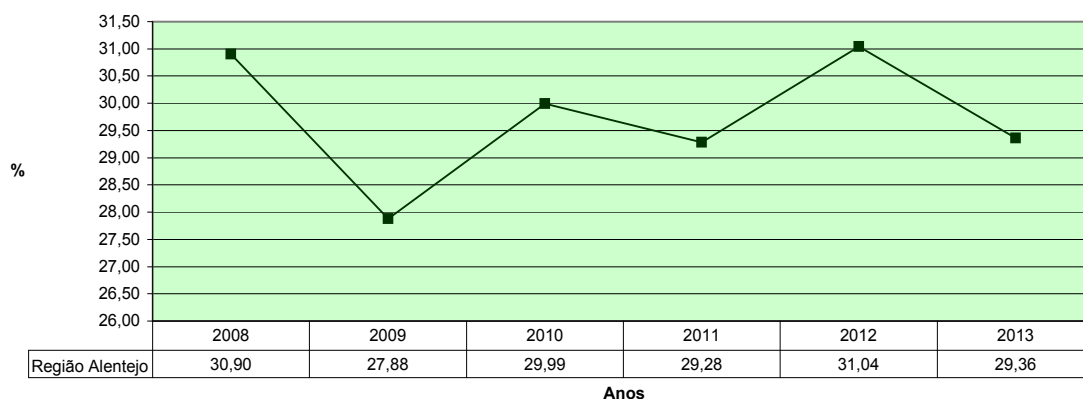


Gráfico nº 42 - Despesa com Pessoal / Despesa Total

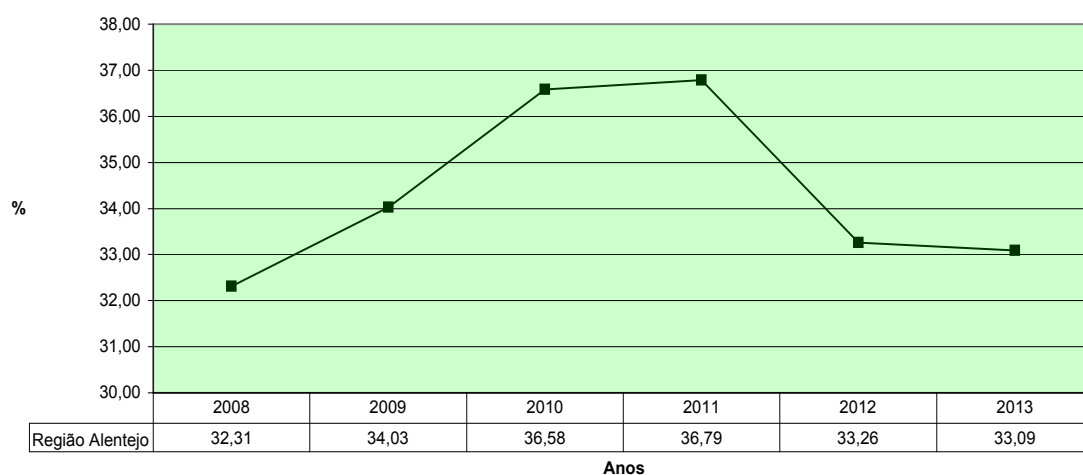


Gráfico nº 43 - Aquisição de Bens e Serviços / Despesa Total

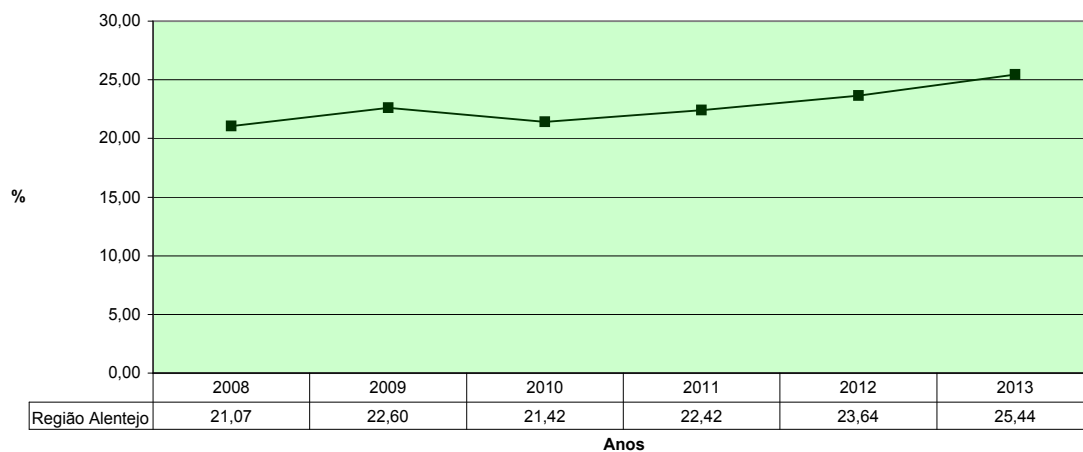


Gráfico nº 44 - (Juros + Amortizações) / Despesa Total

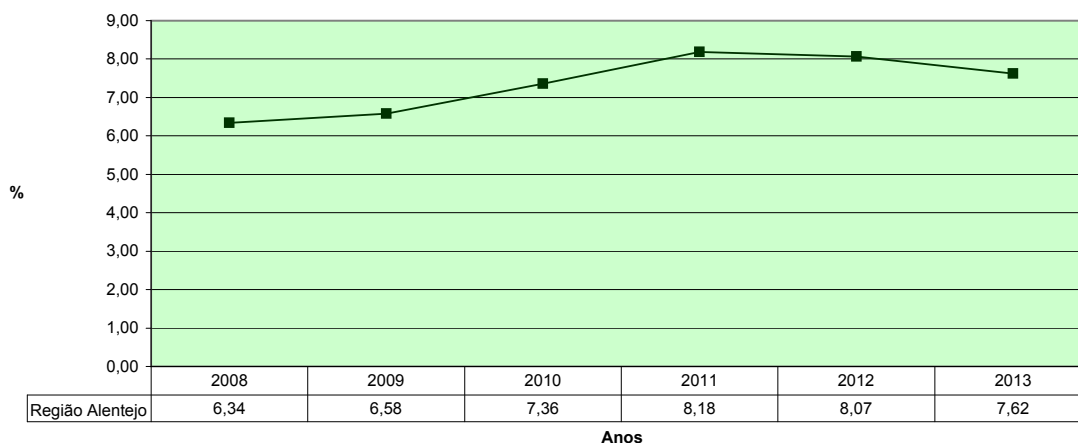


Gráfico nº 45 - Aquisição de Bens de Capital / Despesa Total

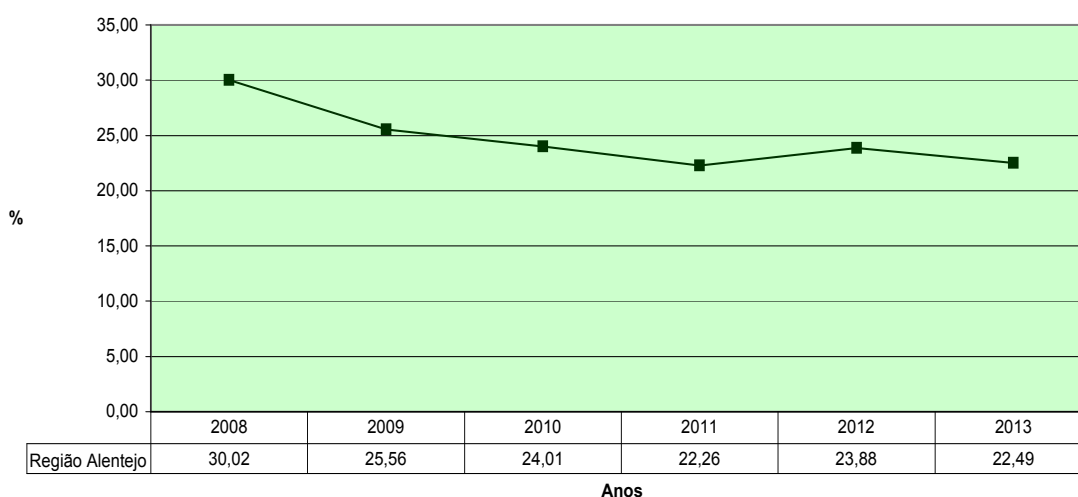


Gráfico nº 46 - (Receita Total-Empréstimos) / Despesa Total

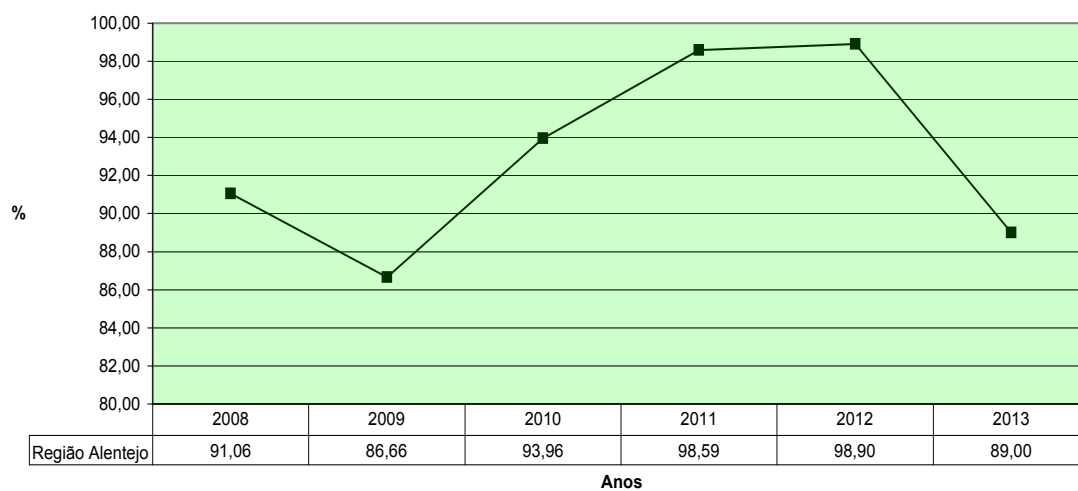


Gráfico nº 47 - Receita Própria (impostos diretos + indiretos + tmop + rend propried + venda bens serviços + outras receitas correntes e capital + venda bens investim + ativos financ) / Despesa Total

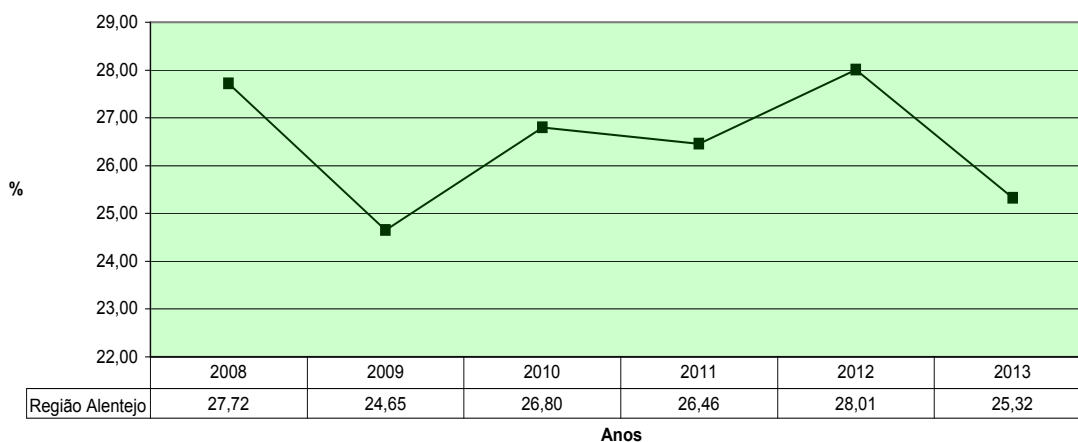


Gráfico nº 48 - Receita dos Fundos Municipais (OE) (corrente) / (Despesa com Pessoal + Aquisição de Bens e Serviços + Juros + Transferências Correntes + Subsídios)

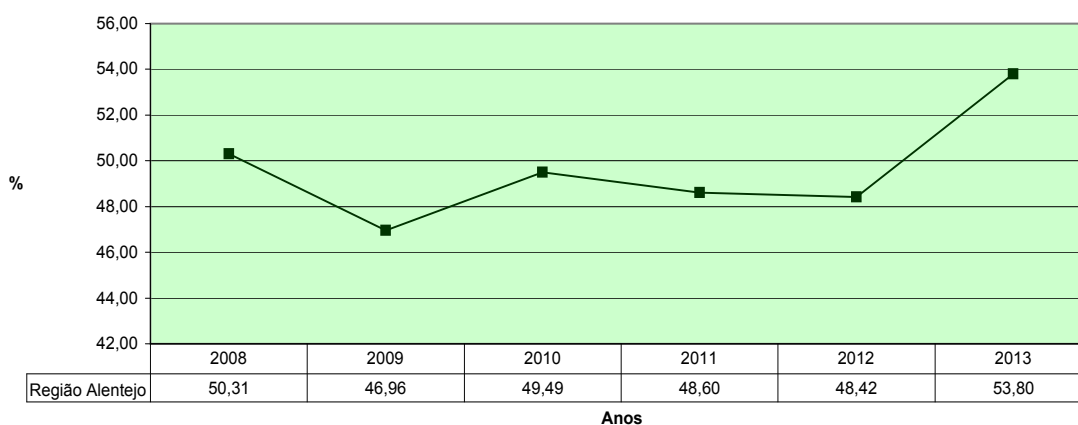


Gráfico nº 49 - (Passivo / Ativo Líquido)

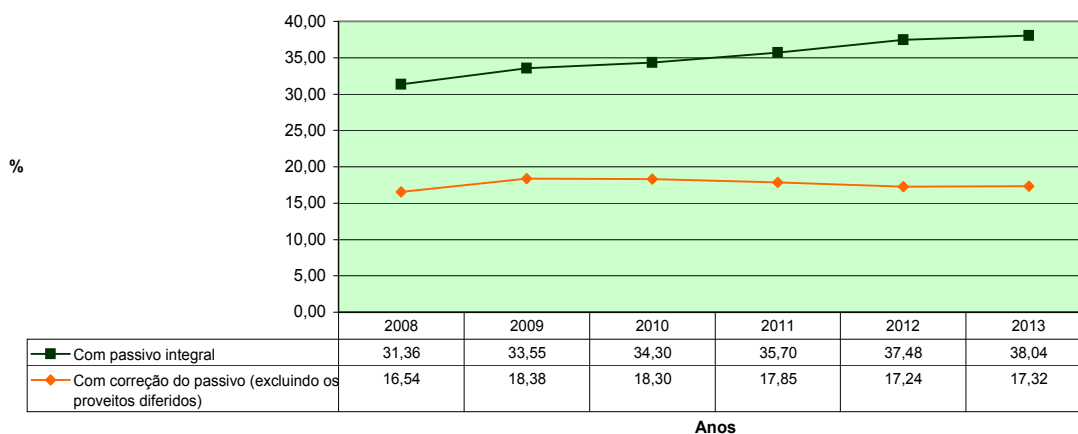


Gráfico nº 53 - Rácio de Solvabilidade (Fundos Próprios / Passivo)

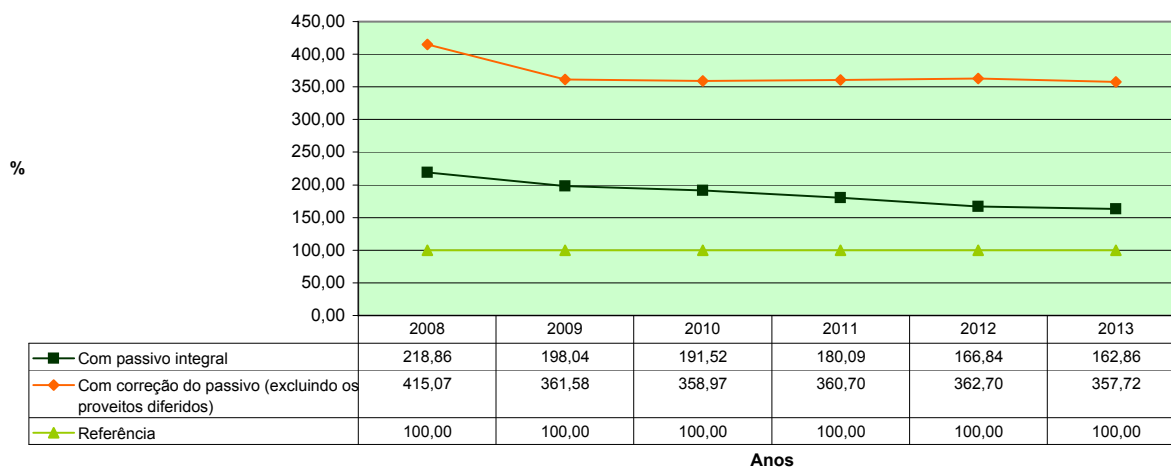
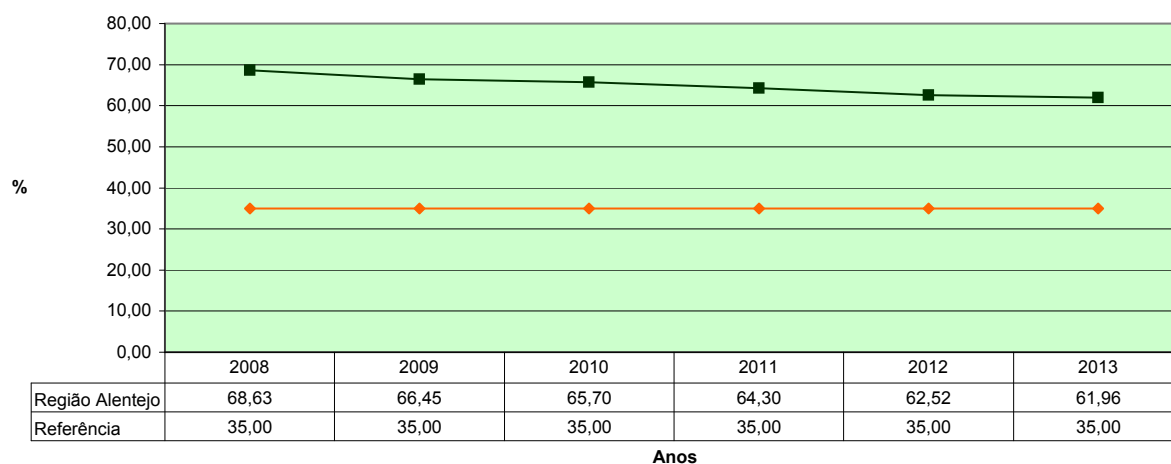


Gráfico nº 54 - Autonomia Financeira = (Fundos Próprios / Ativo Líquido Total)



Após a análise dos vários indicadores de gestão, de carácter regional, atrás apresentados, é possível respigar as seguintes observações, que se apresentam de seguida, referentes ao ano de 2013 e tendo em consideração o exercício anterior de 2012:

- Uma subida na participação dos impostos diretos e indiretos, no total da receita, passando de 13,24 % para 14,11 %;
- Pelo contrário, uma descida na participação da venda de bens e serviços na receita global, passando de 9,08 % para 8,64 %;
- A continuação da descida contínua e firme da participação global dos fundos municipais (OE) na receita total, decréscimo este que vem de 2010, atingindo em 2013 os 46,02 %;
- Uma quebra acentuada das transferências de fundos comunitários (corrente e capital), passando de 13,32 % em 2012 para 9,50 % em 2013;

- Uma subida acentuada da receita proveniente de empréstimos no total das receitas, passando dos 2,29 % em 2012 para os 9,03 % em 2013;
- Uma quebra em 2013 na participação da receita própria no global da receita, numa série temporal que evidencia uma total instabilidade, apresentando subidas e descidas anuais consecutivas;
- Uma estabilização, entre 2012/2013, da despesa com pessoal no total da despesa;
- A continuação do crescimento firme, mas sem sobressaltos, da aquisição de bens e serviços na despesa total, crescimento este desde 2010;
- Um decréscimo do peso do serviço da dívida na despesa total, em 2013, passando de 8,07 % para 7,62 %;
- Também um decréscimo da participação da aquisição de bens de capital na despesa total, passando de 23,88 % para 22,49 %;
- Uma quebra acentuada da relação entre a receita total (excluindo empréstimos) e a despesa total, passando de 98,90 % em 2012 para 89,00 % em 2013;
- Descida do grau de cobertura da despesa total, por parte das receitas próprias, registando a taxa de 28,01 % em 2012 e 25,32 % em 2013;
- Subida acentuada, de 48,42 % (2012) para 53,80 % em 2013, da cobertura dos principais itens da despesa por parte do fundo municipal (OE) (corrente);
- No que toca ao indicador (passivo / ativo líquido), regista-se, em 2013, uma subida com o montante do passivo integral e, pelo contrário, uma descida com o passivo expurgado dos proveitos diferidos. Refira-se, para 2013, o valor de 38,04 % no caso do passivo integral e o valor de 16,10 % contando com o passivo expurgado;
- Uma descida para 2013, atingindo os 27,15 %, na cobertura das dívidas globais a terceiros, por parte das dívidas globais de terceiros mais caixa e bancos mais títulos negociáveis;
- Uma subida da taxa de cobertura das dívidas a terceiros de curto prazo, passando de 66,97 % em 2012 para 76,26 % em 2013;
- No que se refere ao grau de liquidez geral, observa-se uma recuperação em 2013 (87,98 %), aproximando-se do referencial a atingir, 100,00 %;
- O rácio de solvabilidade (fundos próprios/passivo), com o montante de passivo integral reduziu-se em 2013, atingindo-se, neste ano, os 162,86 %, valor aproximado do de referência (100 %). Contudo, com o montante do passivo expurgado, registou-se em 2013 uma subida, atingindo os 384,84 %;
- A autonomia financeira (fundos próprios/ativo líquido total) registou uma pequena descida em 2013, atingindo os 61,96 %. Observe-se o facto deste indicador, para o período de 2008/2013 ter descido consecutivamente dentro do escalão dos 60 %.

Parte II – ANÁLISE POR UNIDADES SUB-REGIONAIS

II.1 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES SUB-REGIONAIS

Quadro nº 23 - Identificação das Unidades Sub-Regionais			
Unidades Sub-Regionais			
Alto Alentejo	Alter do Chão	Alentejo Litoral	Odemira
	Arronches		Alcácer do Sal
	Avis		Grândola
	Campo Maior		Santiago do Cacém
	Castelo de Vide		Sines
	Crato		
	Elvas		
	Fronteira		
	Gavião		
	Marvão		
	Monforte		
	Nisa		
	Ponte de Sor		
	Portalegre		
	Sousel		
Alentejo Central	Alandroal	Baixo Alentejo	Aljustrel
	Arraiolos		Almodôvar
	Borba		Alvito
	Estremoz		Barrancos
	Évora		Beja
	Montemor o Novo		Castro Verde
	Mora		Cuba
	Mourão		Ferreira do Alentejo
	Portel		Mértola
	Redondo		Moura
	Reguengos de Monsaraz		Ourique
	Vendas Novas		Serpa
	Viana do Alentejo		Vidigueira
	Vila Viçosa		
Unidades Sub-Regionais (níveis de população)			
H + M < 5 000	Alvito	H + M 5 000 -15 000	Aljustrel
	Barrancos		Almodôvar
	Cuba		Castro Verde
	Mora		Ferreira do Alentejo
	Mourão		Mértola
	Alter do Chão		Ourique
	Arronches		Vidigueira
	Avis		Alandroal
	Castelo de Vide		Arraiolos
	Crato		Borba
	Fronteira		Estremoz
	Gavião		Portel
	Marvão		Redondo
	Monforte		Reguengos de Monsaraz
			Vendas Novas
			Viana do Alentejo
			Vila Viçosa
			Campo Maior
			Nisa
			Sousel
			Alcácer do Sal
			Grândola
			Sines
H + M > 15 000	Beja		
	Moura		
	Odemira		
	Serpa		
	Évora		
	Montemor o Novo		
	Elvas		
	Ponte de Sor		
	Portalegre		
	Santiago do Cacém		

Nota: Para o critério população baseou-se nos Censos 2011

II. 2 - INDICADORES DE GESTÃO (A NÍVEL SUB-REGIONAL)

Gráfico nº 55 - (Impostos diretos + Indiretos) / Receita Total

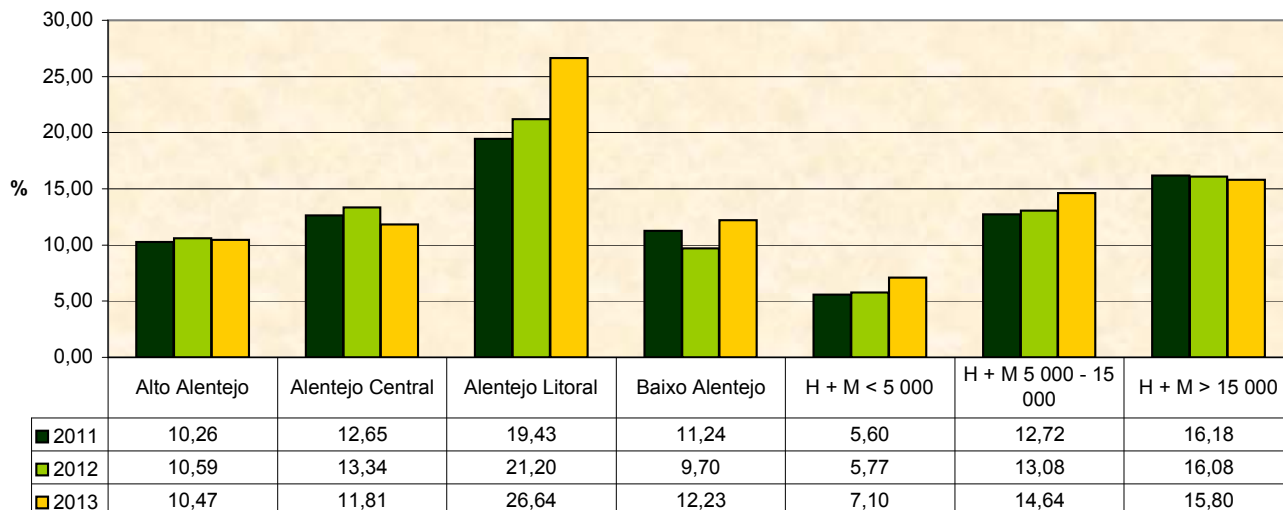


Gráfico nº 56 - Fundos Municipais (OE) (corrente e capital) / Receita Total

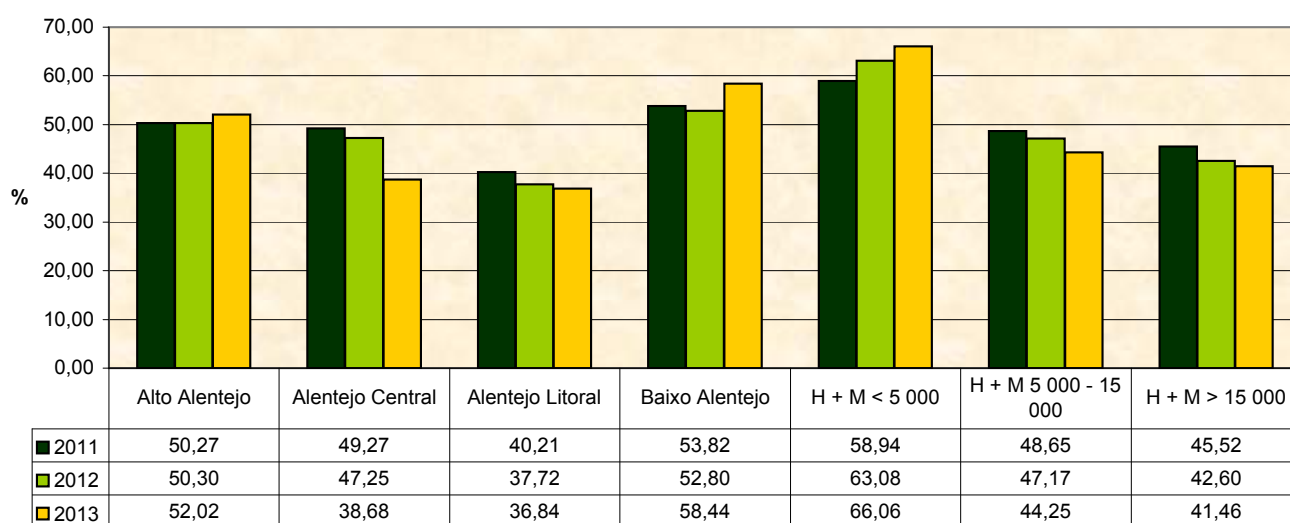


Gráfico nº 57 - Receita Própria (impostos diretos + indiretos + tmop + rend propried + venda bens serviços + outras receitas correntes e capital + venda bens investim + ativos financ) / Despesa Total

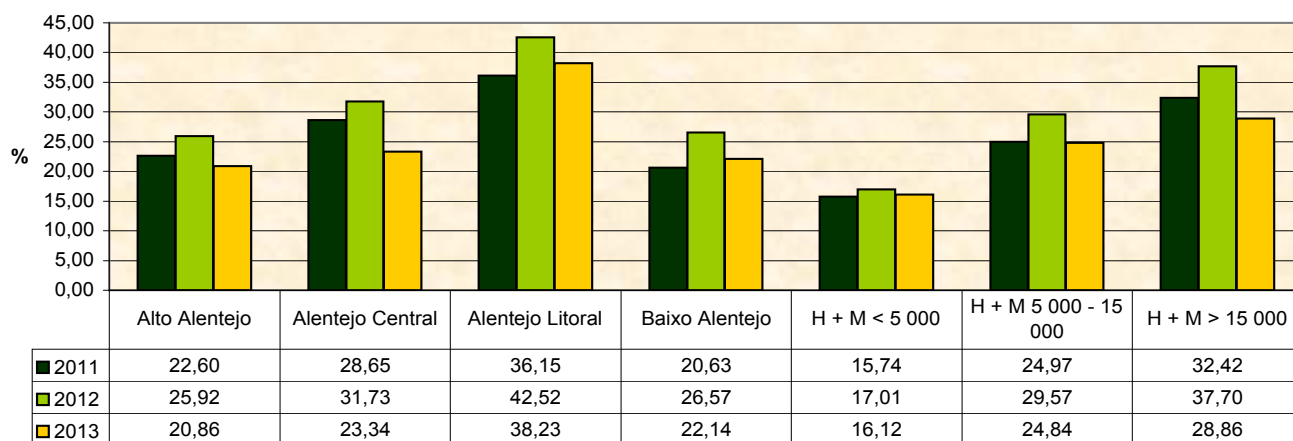


Gráfico nº 58 - Receita dos Fundos Municipais (OE) (corrente) / (Despesa com Pessoal + Aquisição Bens e Serviços + Juros + Transferências Correntes + Subsídios)

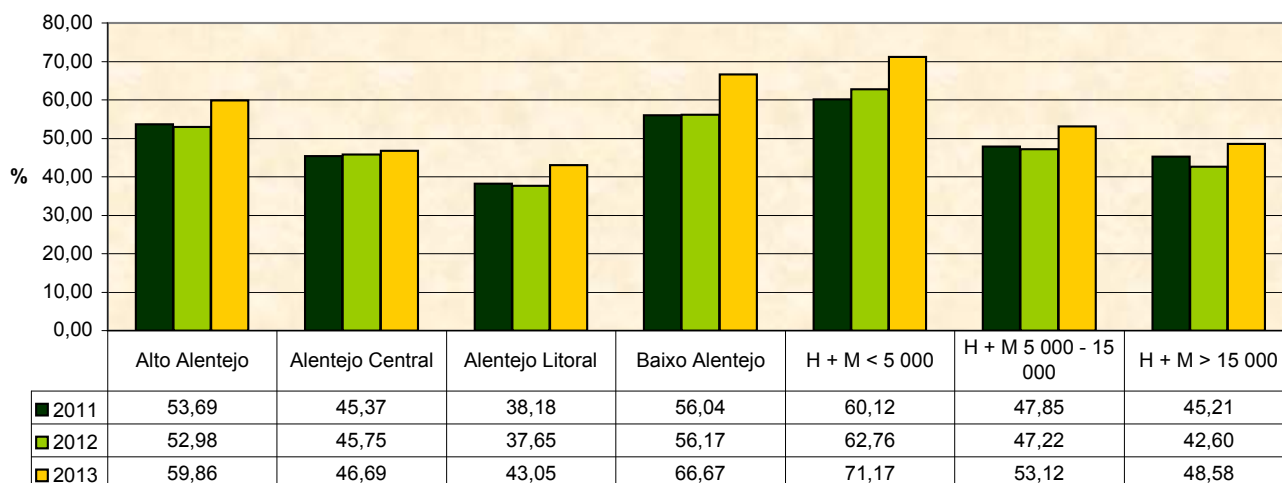


Gráfico nº 59 - (Dívidas de Terceiros de Curto, Médio e Longo Prazos + Caixa e Bancos + Títulos Negociáveis) / (Dívidas a Terceiros de Curto, Médio e Longo Prazos)

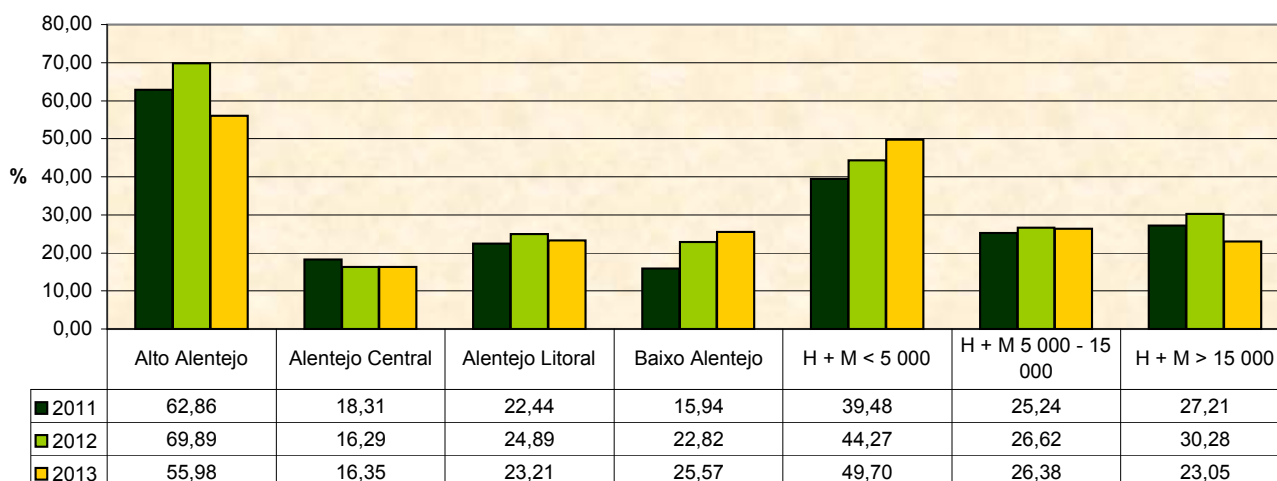


Gráfico nº 60 - (Dívidas de Terceiros Curto Prazo + Caixa e Bancos) / Dívidas a Terceiros Curto Prazo

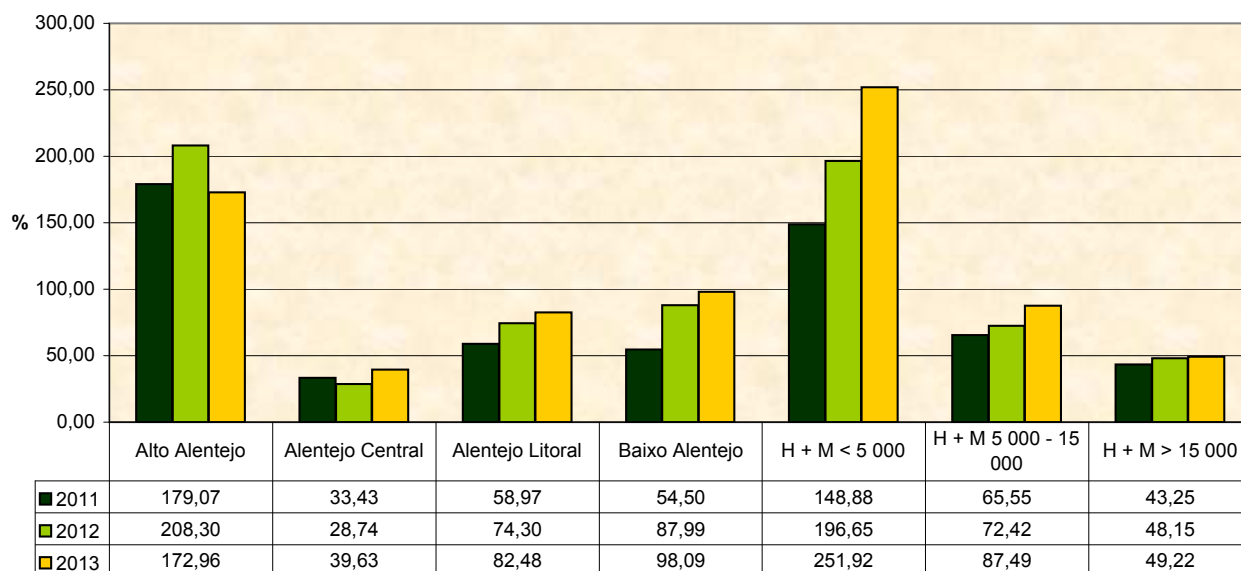


Gráfico nº 61 - Grau de Liquidez Geral (Existências+Dividas de Terceiros de Curto Prazo+Caixa e Bancos) / Passivo de Curto Prazo

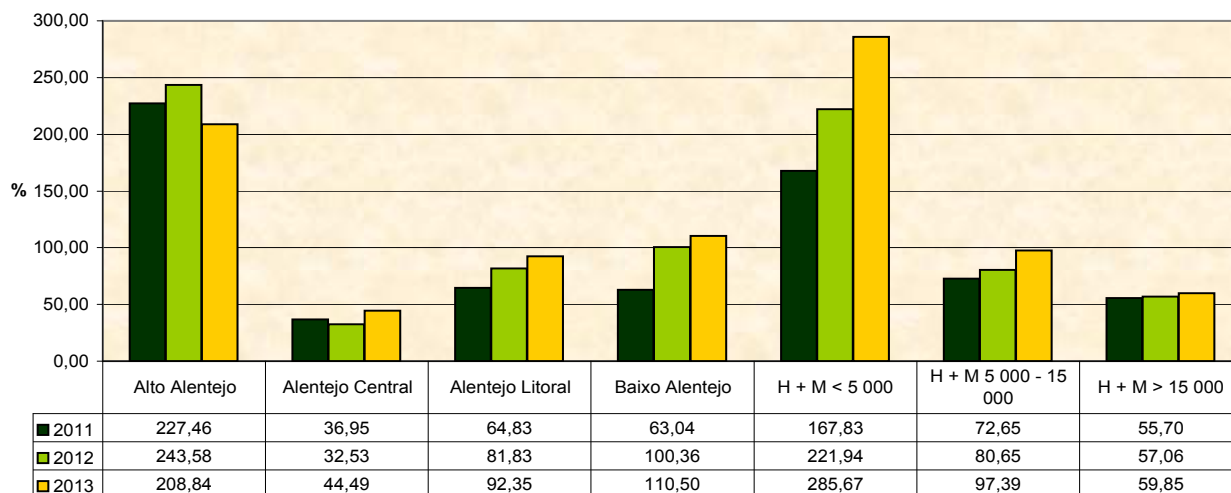


Gráfico nº 62 - Rácio de Solvabilidade (Fundos Próprios / Passivo)

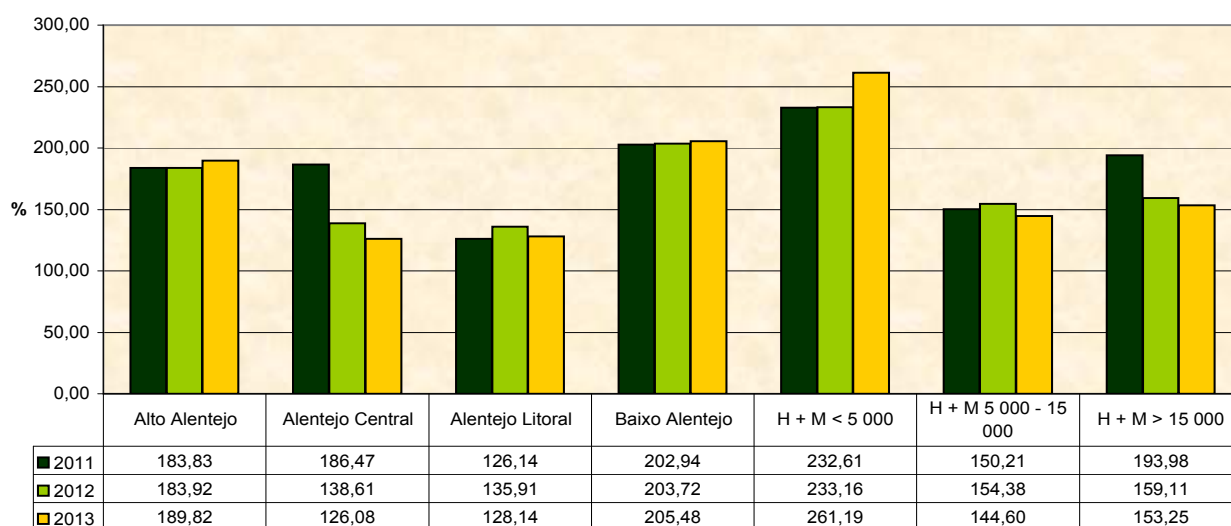
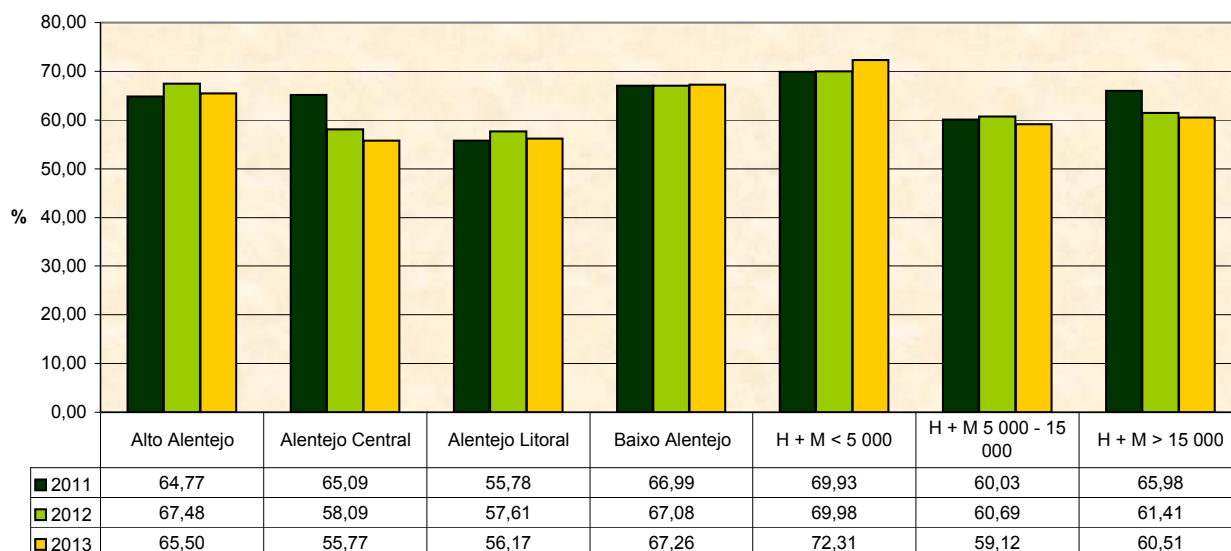


Gráfico nº 63 - Autonomia Financeira (Fundos Próprios / Ativo Líquido Total)



II. 3 - INDICADORES DE GESTÃO (MUNICÍPIOS CAPITAIS DE DISTRITO)

No âmbito dos indicadores de gestão, pretende-se dar a conhecer a posição dos municípios capitais de distrito alentejanos com as restantes capitais de distrito de Portugal Continental. Assim, tendo como base as prestações de contas para os exercícios de 2011 a 2013 destes municípios, construíram-se, na sua forma gráfica, alguns indicadores de gestão, que se apresentam em seguida. Refira-se que, foram codificados os respectivos municípios, sendo as capitais de distrito alentejanas referenciadas como Ale 1, 2 e 3.

Gráfico nº 64 - (Dívidas a Receber Curto e Médio e Longos Prazos + Disponibilidades + Títulos Negociáveis) / Dívidas a Pagar de Curto, Médio e Longos Prazos) a) b)

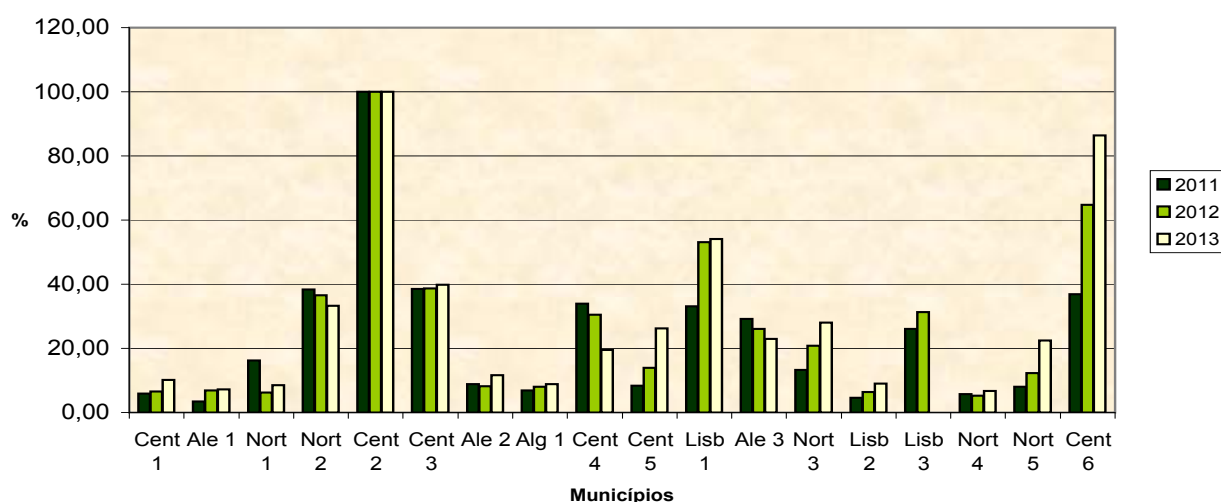
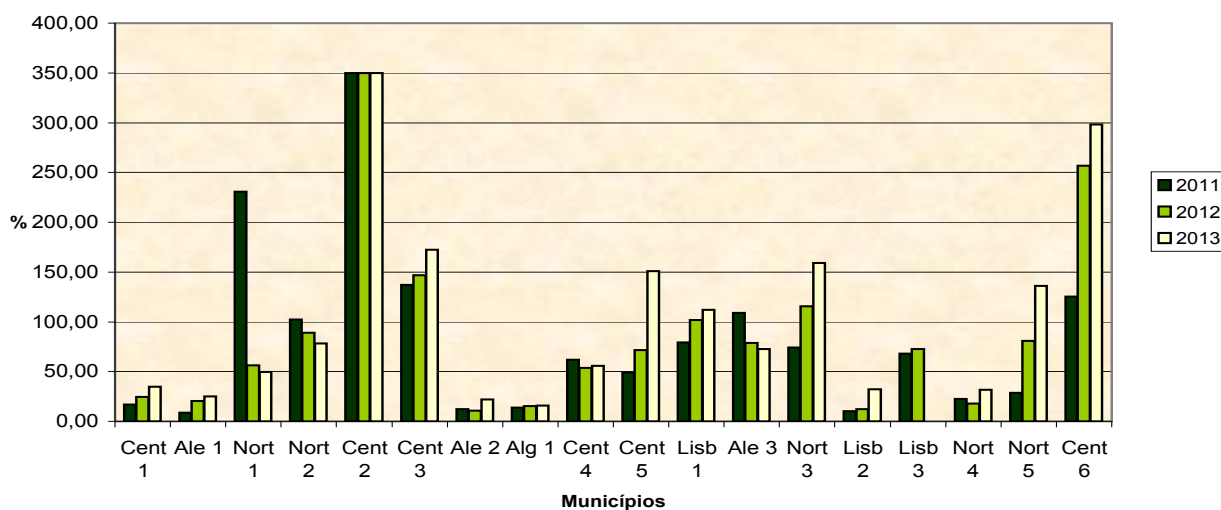


Gráfico nº 65 - (Dívidas a Receber Curto Prazo + Disponibilidades) / Dívidas a Pagar de Curto Prazo) a) b)



**Gráfico nº 66 - Grau de Liquidez Geral = Activo Circulante
(Existências+Dívidas de Terceiros Curto Prazo+Disponibilidades)/Passivos
Curto Prazo a) b)**

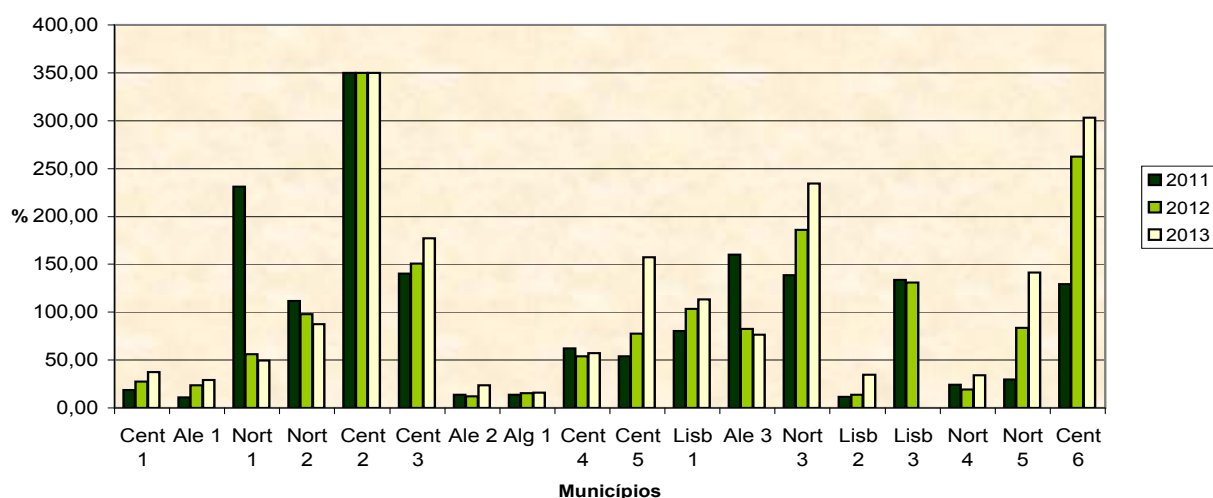


Gráfico nº 67 - Rácio de Solvabilidade (Fundos Próprios/Passivo Total) b)

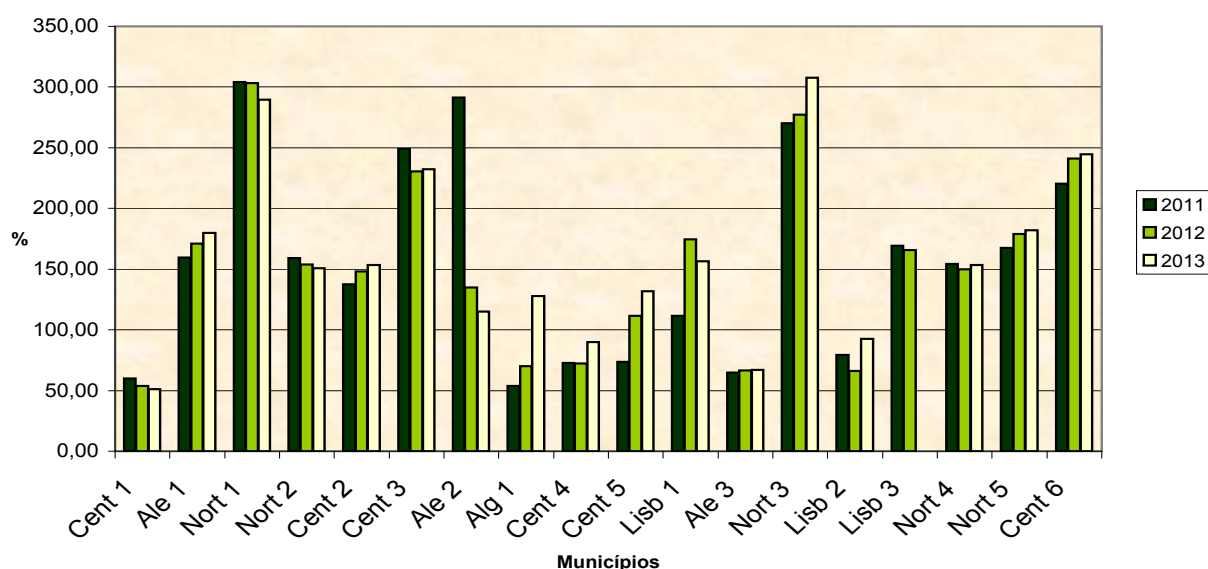
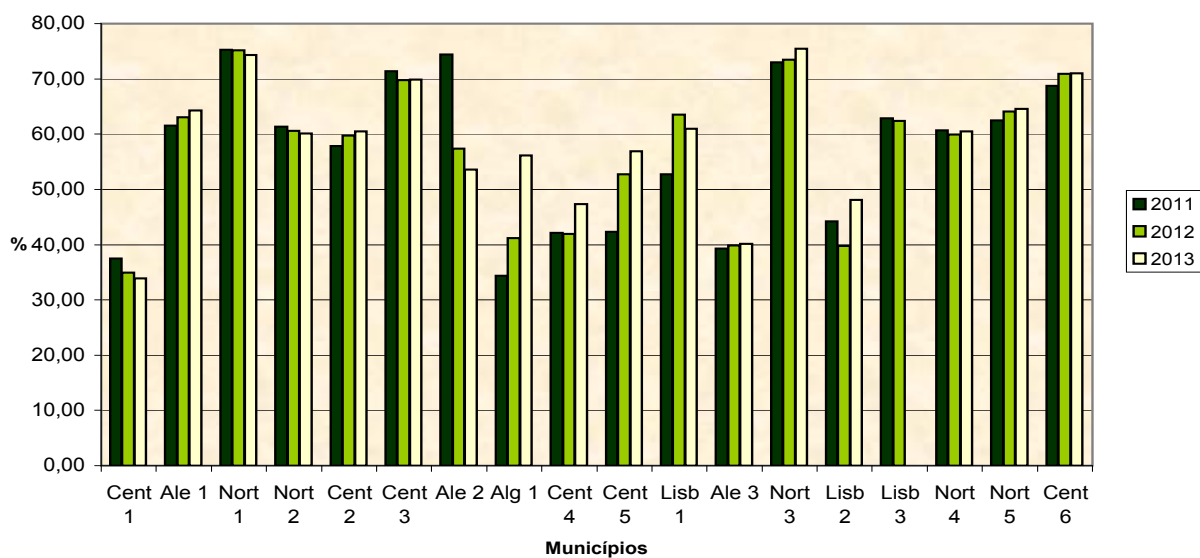


Gráfico nº 68 - Autonomia Financeira (Fundos Próprios/Ativo Total) b)



Notas:

- **a)** O município codificado como Cent2 regista valores de indicador extremamente elevados. Para que não haja distorções na visualização do gráfico estabeleceram-se os valores de referência que constam dos respectivos gráficos.
- **b)** Até à presente data não se conseguiu obter a informação da prestação de contas de 2013 do município codificado como Lisb 3.

Évora, setembro de 2014

ANEXO I

Quadro nº 24 - Estrutura das Receitas Orçamentais		
Receitas Correntes	Receitas de Capital	Outras Receitas
01 - Impostos Diretos	09 - Venda de Bens de Investimento	15 - Reposições Não Abatidas nos Pagamentos
02 - Impostos Indiretos	10 - Transferências de Capital	
04 - Taxas, Multas e Outras Penalidades	11 - Ativos Financeiros	
05 - Rendimentos da Propriedade	12 - Passivos Financeiros	
06 - Transferências Correntes	13 - Outras Receitas de Capital	
07 - Venda de Bens e Serviços		
08 - Outras Receitas Correntes		
Total da Receita Corrente	Total da Receita de Capital	Total Outras Receitas
Total das Receitas		
DL nº 26/2002 adaptado às autarquias locais		

Quadro nº 25 - Estrutura das Despesas Orçamentais	
Despesas Correntes	Receitas de Capital
01 - Despesa com o Pessoal	07 - Aquisição de Bens de Capital
02 - Aquisição de Bens e Serviços	08 - Transferências de Capital
03 - Juros e Outros Encargos	09 - Ativos Financeiros
04 - Transferências Correntes	10 - Passivos Financeiros
05 - Subsídios	11 - Outras Despesas de Capital
06 - Outras despesas Correntes	
Total da Despesa Corrente	Total da Receita de Capital
Total das Despesas	
DL nº 26/2002 adaptado às autarquias locais	





